

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

INSTITUTO DE LETRAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

**DISCURSO PROVERBIAL:
REAFIRMAÇÃO DO PRECONCEITO
CONTRA A MULHER?**

CARLA REGINA CORRÊA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Letras, área de concentração Teorias do Texto e Discurso.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Elsa Maria Nitsche Ortiz

Porto Alegre, janeiro de 2001

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C824 Corrêa, Carla Regina

Discurso Proverbial : a reafirmação do preconceito
contra a mulher? / Carla Regina Corrêa. - Porto Alegre,
2000.

94p. ; 30cm

Dissertação (mestrado) -- Universidade do Rio Grande
do Sul, 2000.

Bibliografia : p. 91 - 94.

1. Análise do Discurso 2. Ditos populares – Mulher
3. Discurso proverbial - Mulher I. Título.

CDU 81'44:398.9-055.2

Índice para o catálogo sistemático:

- | | |
|-----------------------------|-------------|
| 1. Análise do Discurso | 81'44: |
| 2. Ditos populares - Mulher | 398.9-055.2 |
| 3. Discurso proverbial | 81'44 |

Catalogação na fonte elaborada pela Bibliotecária
Rose Elga Beber CRB 10/1369

Dedico este trabalho:

À memória de minha mãe,

que sempre lutou pelo meu sucesso e me incentivou com um carinho inesgotável. Que foi e é um exemplo de perseverança e de amor pela vida, lutando ardentemente contra a dor, contra a inconsciência e contra a morte quando a doença cismava em dominar seu corpo, sugando-lhe cada célula orgânica sadia. E, mesmo assim, ela ainda encontrava forças para me estimular. As leituras, as monografias exigidas na primeira etapa do curso de mestrado, e mesmo o projeto para este trabalho foram, praticamente, realizados dentro do hospital ao seu lado. Se houve perda de qualidade, foi porque não fui capaz de responder satisfatoriamente seu incentivo, e porque ela estava acima de qualquer outra coisa. Minhas vitórias sempre foram nossas vitórias ... comigo ela vibrava e chorava de alegria. Não poder sentir o seu abraço para compartilhar esta conquista, sem dúvida, traz uma grande tristeza.

À memória de meu pai,

que lutou incansavelmente contra a doença e depois contra a saudade de sua amada - minha mãe - e me deixou uma linda lição: o amor tudo pode. Passou a vida abdicando coisas para que eu tivesse chance de estudar... Os nove meses que o separam da felicidade de ver este trabalho concluído foram penosos. Por isso, dedico a ele não só este trabalho, mas o esforço que tive que fazer para concluí-lo.

Ao meu marido Marcus Vinícius,

que desejou mais do que eu mesma que este trabalho chegasse ao fim. Foram suas as principais palavras de incentivo. Esteve ao meu lado durante todo o tempo, a cada dia, a cada minuto. Vibrou com cada etapa do trabalho concluída e não mediu esforços para me motivar. Sem a sua mão, o seu apoio, eu não teria conseguido. Ele é a minha fonte de inspiração e entusiasmo constante.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha gratidão àqueles que, de algum modo, me ajudaram na realização deste trabalho.

À Professora Elsa Ortiz agradeço pela paciência com que lidou com minhas dificuldades pessoais, minhas angústias, minhas limitações... Sua orientação segura e sugestões sempre oportunas, seu respeito e consideração pelo meu trabalho em todos os momentos foram cruciais.

À Professora Aracy Ernest Pereira, pelas trocas de idéias e reflexão na fase inicial deste trabalho, através das quais esclareci muitos conceitos.

Aos professores e colegas do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pela convivência e troca de informações, fundamentais na atividade acadêmica, em especial às professoras Maria Cristina Leandro Ferreira, a nossa Kitty, e Freda Indursky pelo estímulo permanente.

Aos funcionários do PPG, pela calma e tranqüilidade que transmitem a cada aluno do curso, procurando soluções a todos os problemas burocráticos.

À colega Ana Cristina Ortiz, pelo companherismo desde a graduação.

Às psicólogas e amigas Eliane Böttcher Meza da Silveira e Dóris Böttcher Duarte Meza, que me possibilitaram o acesso e facilitaram a compreensão nas leituras sobre Freud.

À Bibliotecária e cunhada Rose Elga Beber, pela catalogação e revisão bibliográfica.

À Jerusa Alves Cuty pelas palavras de apoio e solidariedade nas fases mais decisivas. Sua disposição constante para me escutar auxiliou-me a encontrar o rumo nas horas de desânimo.

À amiga Rita de Cássia Knevitz, pela leitura atenta e sugestões valiosas. A ela eu agradeço não só pelo estímulo, mas pela presença firme em todas as etapas desta caminhada. Pelo apoio intelectual e principalmente emocional, a minha gratidão.

Aos meus familiares que sempre acharam uma forma de me motivar.

A todos os meus amigos verdadeiros, pela verdadeira amizade nos momentos de fraqueza.

Aos colegas e diretores da Signasul, pelo companheirismo, pelas indagações, pelo apoio e pela compreensão em todos os momentos.

Ao CNPq e à UFRGS, pela bolsa de estudo oferecida, o que possibilitou a concretização deste trabalho.

Por fim, a Deus por ter me guiado e ouvido a cada dia o meu pedido de ajuda. Agradeço por ter me dado força para encontrar a janela que se abria quando uma porta me era fechada; por ter me possibilitado um rumo diferente daquele que eu havia sonhado e planejado para a vida; por ter plantado em mim uma semente de força para superar as marcas que a doença e a morte me deixaram como herança.

Sumário

RESUMO	VIII
ABSTRACT	X
INTRODUÇÃO.....	1
1 O UNIVERSO PROVERBIAL.....	7
2 QUADRO TEÓRICO DE REFERÊNCIA	23
2.1 LÍNGUA E HISTÓRIA	24
2.2 A QUESTÃO DO SUJEITO E SUAS IMBRICAÇÕES	30
2.3 A QUESTÃO DA HETEROGENEIDADE DISCURSIVA	38
2.4 A QUESTÃO DA CULTURA.....	43
2.5 A QUESTÃO DO SENSO COMUM E DO PODER.....	48
2.6 A QUESTÃO DO PRECONCEITO	54
3 PREPARANDO A ANÁLISE	60
3.1 O PROVÉRBIO SEGUNDO GRÉSILLON & MAINGUENEAU E PEREIRA	60
3.2 IMPLEMENTANDO A ANÁLISE	64
3.3 A ANÁLISE	66
3.3.1 <i>Tipo 1</i>	67
3.3.2 <i>Tipo 2</i>	70
3.3.3 <i>Tipo 3</i>	74
3.3.4 <i>Tipo 4</i>	77
3.3.5 <i>Tipo 5</i>	78
3.4 A ESCOLHA DO DETERMINANTE	79
CONCLUINDO O ESTUDO	85
BIBLIOGRAFIA CITADA.....	91
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	93

RESUMO

O presente trabalho tem o propósito de investigar o discurso proverbial enquanto ferramenta para propagação do preconceito contra a mulher. Filiando-se à Análise do Discurso de linha francesa, analisa-se a questão do preconceito presente nos ditados populares, procurando demonstrar o quanto a figura feminina é discriminada na sociedade através de chavões institucionalizados ao longo dos tempos que são transmitidos como verdades universais. A grande questão que atravessa esse trabalho é a força que esse ditos têm em reafirmar a incapacidade da mulher para qualquer atividade que não esteja ligada ao lar. Mesmo após a mulher, nas últimas décadas, ter provado e comprovado sua plena capacidade para assumir responsabilidades iguais ou superiores às do homem, esses ditos, antigos ou novos, mantêm o mesmo grau de preconceito, senão até mais elevado.

Sendo assim, no texto desta investigação, encontra-se uma explanação do que é entendido como provérbio e algumas questões que envolvem conceitos ligados à Análise do Discurso, cultura, senso comum, poder e preconceito, buscando, desta forma, estabelecer um referencial teórico para a análise.

Na parte dedicada à análise propriamente, apresentam-se os cinco tipos de provérbios que foram identificados, nos quais examina-se a questão do preconceito e a presença/ausência de determinantes, demonstrando que estes – os determinantes - são utilizados de forma bastante diversa daquela mencionada nas gramáticas da nossa língua.

ABSTRACT

This work aims at investigating proverbial speech as a tool used to propagate prejudice against women. Taking into consideration the Discourse Analysis in the light of the French school, the matter of preconception which is presented in popular sayings will be examined, in an attempt to demonstrate how much the feminine image suffers discrimination in society, by means of institutionalized clichés that have been transmitted from a time out of mind as universal truths. The main point arisen by this work is the strength shown by these expressions in consolidating women's inability to deal with activities other than the ones referring home. Even women have proved, in the last decades, their full capacity to face responsibilities (equal or superior than men's), these sayings, irrespective of their period of existence, have been keeping the same degree of prejudice, to say the least.

Therefore, an explanation on the definition of proverb is given in the text, as well as some questions regarding Discourse Analysis, such as culture, common sense, power and preconception, searching for a theoretical reference in order to develop this study.

As for the analysis itself, the five kinds of proverbs that had been identified are introduced, where prejudice and the presence or absence of determiners are examined, showing that the latter are employed in a considerably diverse way compared to the ones mentioned in our grammars.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, busca-se avaliar o discurso proverbial e, mais especificamente, os provérbios que tenham como tema a “Mulher” e que retratem o preconceito sobre a figura feminina. A escolha se deve à necessidade de delimitação para análise, uma vez que os provérbios abarcam uma imensa variedade de temas, à interdiscursividade que salta aos olhos nesse discurso, ou seja, a inter-relação do discurso proverbial, do discurso machista, do discurso do preconceito, entre outros, e, é claro, à curiosidade em investigar mais profundamente a visão de mundo sobre a mulher.

Pensar em discurso é pensar em relações de poder: a inibição de qualquer ato feminino expresso pelos provérbios é uma prova de exercício de poder. Poder esse não exercido apenas pelo sexo masculino, mas por uma sociedade composta por homens e mulheres que demonstram claramente preconceitos, não excetuando as mulheres, que elas também são capazes de se manifestar contra seu próprio gênero.

O discurso proverbial, então, entendido como um discurso do cotidiano, "é

um campo de análise importante para a explicitação das relações de poder que nos cercam" (Lagazzi, 1988, p.27).

Outro ponto que instiga a uma investigação acerca do tema mulher deve-se à visão freudiana do ser feminino. Para Freud, a mulher seria um ser incompleto, com inveja do pênis e incapaz de sublimar e de criar. A atividade criativa da mulher estaria ligada aos afazeres domésticos. O sentimento de inferioridade da mulher seria totalmente explicado na teoria freudiana pela falta que sente de um falo, o que remete à isto tem a ver com a importância deste na cultura. Considerando desta forma, a mulher não consegue fugir desse sentimento de inferioridade, pois, se tem talento para o trabalho, não está aceitando seu papel feminino e, se fica em casa, sente-se insatisfeita.

O fator social também instiga a curiosidade. A mulher é, ainda hoje, no limiar do XXI século, socializada desde menina para o papel de criar os filhos e cuidar do lar, basta observar os brinquedos a ela oferecidos: bonecas, panelinhas, móveis, roupinhas. Da menina ainda é esperado que se torne um objeto, que seja submissa e direcionada à procriação e ao papel de mãe, sendo considerada por aquilo que há de dar e não por aquilo que há de fazer. Desde a infância é condicionada para o seu futuro papel social de mãe, e todo seu desenvolvimento é norteado por esse condicionamento, mesmo que ela nunca chegue a ser mãe. A maternidade torna-se, dessa forma, um instrumento de dominação social da mulher.

Ser mãe é um processo culturalmente constituído que transpõe o biológico e reflete o espaço social designado à mulher na sociedade. A decisão de negar-se a esse papel, ou adiá-lo, não passa impunemente. As cobranças aparecem claramente, embora disfarçadas em gracejos que aludem desde a demora na providência de uma gravidez até a dúvida direta sobre a fertilidade.

Não foi a natureza, e sim a sociedade, quem tirou da mulher seu direito de participar das tarefas mais representativas da sociedade, exaltando somente suas funções reprodutivas.

Entretanto, contraditoriamente, muitas idéias acerca da profissionalização feminina sobre realizar trabalho remunerado, de preferência especializado, provêm dos movimentos feministas, que enfatizam o isolamento e a limitação que o trabalho doméstico condena às mulheres. Os meios de comunicação de massa incentivam milhares de mulheres a buscarem uma carreira. Um mulher que possui uma carreira, que é uma profissional, é aquela que é livre, independente, conceituada e bem-sucedida.

O mais interessante é que o discurso que afirma que as mulheres conquistaram e conquistam a cada dia seus direitos e seu espaço parece ser absolutamente falacioso. Para serem aceitas como profissionais, as mulheres têm que adotar um comportamento quase masculino, estando de acordo com os estereótipos da sociedade.

A grande constatação é que o preconceito contra a mulher é visível em

todas as camadas sociais e culturais da sociedade e há tentativas de disfarçá-lo, nem sempre com sucesso. Tem raízes profundas no costume e desafia o tempo por apresentar uma utilidade social. Como a insegurança humana tem necessidade de certezas, os preconceitos as fornecem, e são transmitidos como verdades indiscutíveis através dos tempos.

É exatamente esse o propósito deste trabalho: investigar o preconceito contra a mulher e como ele se apresenta nos ditados populares. Que os provérbios trazem o preconceito é uma verdade. Que o preconceito contra a mulher existe também é uma verdade. Mas em que medida o discurso proverbial reflete esse preconceito? Como ele se expressa? Como ele é articulado?

Segundo Pereira (1994, p. 4), os provérbios que apresentam claramente o preconceito servem não para denunciá-lo, mas para reafirmá-lo. Pretende-se investigar a veracidade de tal afirmação.

Outra questão que se procura esclarecer está ligada à ideologia: que posicionamento ideológico está por trás dos provérbios que têm a discriminação feminina como tema? É possível identificar diferentes posicionamentos ou todos se enquadram num mesmo caso?

Para buscar respostas a essas indagações, este trabalho segue um percurso que, como não poderia deixar de ser, foi construído e adaptado no decorrer de sua elaboração. O material de análise foi obtido em conversas do dia-a-dia, uma vez que são ditos populares, e a coleta mais autêntica só poderia ser obtida na

boca do povo mesmo¹. Além disso, um vasto número de provérbios (2.827) foi encontrado na Internet (Rede Mundial de Computadores), através da veiculação do trabalho realizado por Ana Maria Moraes Sarmiento Vellasco, no qual ditos podem ser identificados pelo Estado brasileiro a que pertencem².

Quanto ao corpo desta dissertação, têm-se, num primeiro momento, as noções gerais da investigação e a caracterização do universo proverbial. Na parte seguinte, denominada Quadro Teórico de Referência, estão os pressupostos da Análise do Discurso e a caracterização de cultura, senso comum, poder e preconceito, conceitos fundamentais que se apresentam ao longo de todo o texto.

Na terceira parte, trabalha-se com a análise propriamente, apresentando, primeiramente, um estudo desenvolvido sobre os provérbios por dois teóricos da análise do discurso e, num segundo momento, desenvolvendo o processo analítico.

Por fim, são colocadas as ponderações finais acerca da investigação

¹ Os ditados foram colhidos nas mais diversas situações: conversas com amigos, diálogos no ônibus, ouvidos na rua aleatoriamente, enunciados como xingamentos, como tentativa de persuasão, como forma de provocação, entre outras.

² No trabalho citado, os ditos estão elencados sem qualquer agrupamento, seja por tema ou mesmo região, trazendo uma referência ao Estado brasileiro a que são atribuídos. Entretanto, sabe-se que o mesmo dito é utilizado em várias regiões, sendo difícil inferir qualquer origem.

realizada e o fechamento desta pesquisa, deixando, é claro, inúmeras lacunas para serem resolvidas futuramente, pois não é objetivo deste trabalho esgotar qualquer questão; ao contrário: acima de tudo o grande objetivo aqui é questionar.

1 O UNIVERSO PROVERBIAL

Ditados, provérbios, rifões, anexins, ditos populares: quem não conhece pelo menos um punhado deles? Essas frases passadas de pai para filho estão presentes em todas as culturas e fazem parte da vida de praticamente todos os habitantes deste planeta. Embora seja improvável que cheguem até nós tradicionais provérbios esquimós, por exemplo, não há dúvida de que nem esses povos escapam desse tipo de milenar tradição oral que acompanha o ser humano desde sua gestação até seu último suspiro.

Qualquer criança praticamente já nasce sabendo que "quem não chora, não mama". E é a partir daí, do próprio berço, que essa herança, que se propõe a transmitir, de forma resumida, um conhecimento, um conceito ou uma experiência, torna-se presente na vida do cidadão, o qual, mal ensaia os primeiros passos, logo aprende que "é de pequenino que se torce o pepino", que "criança é para ser vista e não para ser ouvida", e que "mãe: só tem uma".

Provérbios existem ou se adaptam a toda e qualquer ocasião. Mas exigem habilidade para sua colocação na conversa.

Todos os povos têm o seu acervo de provérbios, por estes formularem verdades, experiências ou mesmo preconceitos universais. Esses ditos ignoram fronteiras, sendo transmitidos de geração em geração em praticamente todas as línguas e dialetos. Outros ditados, porém, são mais restritos e alguns até radicalmente regionais, não fazendo sentido em outro país ou região, como, por exemplo, "Deus é brasileiro" ou "baiano burro nasce morto". Muitos são óbvios, outros se contradizem, outros ainda são machistas, racistas ou politicamente incorretos: "Mulher muito formosa, ou é burra, ou presunçosa". Podem ser curtos: "Ao feito, peito!". Ou longos: "Remenda teu pano, ele durará mais um ano; remenda outra vez, durará mais um mês; torna a remendar, mais te há de durar". Outros têm relação com política: "Raposa na governança, não há frango em segurança". Ou com mercado: "Coisa rara, coisa cara". Ou com família: "Primos e pombos sujam a casa". Ou com culinária: "O cabrito, de um mês, o queijo, de três", ou "Salada, bem salgada, pouco vinagre, bem azeitada".

Alguns falam de esperança: "O coração nunca envelhece, um sorriso e ele se aquece". Valentia: "Em casa de caboclo velho, quem não come surucucu, não almoça". Amor: "O amor é como a lua, quando não cresce, míngua". Futuro: "Quem viver verá a volta que o mundo dá". E assim por diante. Alguns temas são mais presentes: Deus, amor, amizade, mulher, água e dinheiro, entre outros, demonstrando, pelo grande número de provérbios que envolvem esses assuntos, o lugar que ocupam na vida do povo. Animais também deram origem a inúmeros: bois, burros, galinhas, gatos, cães e outros bichos, objetivamente ou

como símbolos, são personagens de uma enorme quantidade de provérbios. Sentimentos, força, fraqueza, presságios, conselhos: em todos os campos da vida, uma frase proverbial.

O termo provérbio vem do latim "*proverbiu*", diz o dicionário, que define:

Provérbio [Do lat. Proverbu.] S. m. 1. Máxima ou sentença de caráter prático e popular, comum a todo um grupo social, expressa em forma sucinta e geralmente rica em imagens adágio, ditado, anexim, exemplo, refrão, refrém, rifão. Ex.: "Casa de ferreiro, espeto de pau"; "Quanto maior a nau, maior a tormenta". 2. Teat. Peça curta, em geral de um só ato, que tem por tema o desenvolvimento de um provérbio. 3. Jog. Inf. Jogo de salão, em que um participante se afasta enquanto os outros combinam em segredo o provérbio a adivinhar, e, na volta, faz uma pergunta a cada companheiro, cabendo a este encaixar na resposta a palavra do provérbio que lhe coube na distribuição geral. [Às vezes, em lugar de perguntas e respostas, os participantes dramatizam o provérbio todo (ou as suas partes) a fim de que o companheiro possa descobri-lo]. [Cf. provérbio, do v. proverbiar e prevérbio.] (Ferreira, 1986, p.1409.)

Já a palavra anexim vem do árabe, "*na naxid*", e define um dito sentencioso (Ibidem, p.119). Sobre isso, Artur Azevedo escreveu uma "deliciosa" peça de teatro, *Amor por Anexins* (Azevedo, 1983), em que o personagem, tentando conquistar uma mulher, expressa-se por uma interminável sucessão de rifões que, de início, irritam a pretendida, mas, por fim, fazem com que ela ache graça no pretendente, aceitando o pedido de casamento.

Ditados ou provérbios, adágios ou anexins, que de alguma forma convencem, como no caso da obra teatral citada, ou não, são criados pela voz do povo (que, diz o ditado, é a voz de Deus...). De muitos, a fonte é conhecida: desde os ensinamentos de Cristo, como "dai a César o que é de César", às frases de Chacrinha: "Quem não se comunica, se trumbica". Os ditos que se tornam

populares estão presentes no cotidiano de multidões e são, pode-se dizer, provérbios ou ditados de autor, embora esse autor nem sempre seja lembrado ao ser citado.

Sua origem pode estar no teatro (“Ser, ou não ser, eis a questão”), na televisão (“Tem pai que é cego.”), em músicas (“É dos carecas que elas gostam mais.”), na propaganda (“Livro, presente de amigo.”) nos movimentos populares (“O povo unido, jamais será vencido.”), anônimos, em carrocerias de caminhão (“Feliz foi Adão, que não teve sogra nem caminhão.”) e até em piadas (“Senta, que o leão é manso.”).

Mesmo que existam limites pouco precisos entre os termos ditado, provérbio, rifão, anexim, dito popular, refrão, máxima ou adágio, já que são textos muito semelhantes formal e semanticamente, não se julga relevante, no âmbito deste trabalho, a discussão em torno dessa distinção terminológica. Por esse motivo, optou-se pela seleção de alguns autores como Seiller citado em Jolles, o próprio Jolles, Greimas, Barthes, Maingueneau e Pereira e pela apresentação das características formais e semânticas por eles apontadas.

Segundo Jolles (1976), o provérbio ou o ditado existe em todas as camadas de um povo, em todas as suas classes, em todos os seus meios. O autor apresenta e analisa a definição de provérbio dada por Seiler, que diz que “o provérbio ou ditado é uma locução corrente na língua popular, fechada sobre si mesma e com tendências para o didatismo e a forma elevada” (Seiller apud

Jolles, 1976, p.128). Jolles concorda com a primeira parte da definição, mas discorda quanto à tendência para o didatismo. Para ele, a locução não é didática,

não possui caráter, nem mesmo tendência didática. Isso não significa que não se possa aprender pela experiência, mas antes, que não cabe conceber, no universo falado, a experiência como algo de que se possa extrair uma lição. Toda didática é um começo, a base de uma construção mais vasta, enquanto que, na forma em que a locução a apreende, a experiência é uma conclusão. (Ibidem, p. 134.)

O autor acrescenta que todo provérbio é uma conclusão, um fim.

Ainda a respeito do didatismo dos provérbios, Jolles cita Grimm:

O verdadeiro provérbio não nos oferece voluntariamente um ensinamento. Não é fruto de meditação solitária, mas um lampejo de uma verdade pressentida de longa data e que encontra por si mesma sua expressão mais elevada. (Grimm apud Jolles, 1976, p. 135.)

Em primeiro lugar, é improvável que Grimm conseguisse dizer com exatidão quais os limites que demarcam o "verdadeiro" e o "falso" provérbio popular. Depois, a prudência ao dizer que não oferece "voluntariamente" um ensinamento demonstra que o autor já admite, de antemão, um caráter didático no provérbio, pelo menos "involuntariamente".

Ainda sobre Seiller, este afirma que os provérbios e ditados populares não brotaram misteriosamente das profundezas da alma do povo. Como totalidade, diz ele, o povo nada cria. Toda criação, toda invenção, toda descoberta promana sempre de uma personalidade individual. É preciso, forçosamente, que qualquer provérbio, qualquer ditado tenha sido, primeiramente, enunciado por alguém, num certo dia e em algum lugar. Se agradar aos que o ouviram, será propagado

como locução proverbial; é então provável que o retalhem e retoquem até dar-lhe uma forma prática para todo mundo, convertendo-o num provérbio ou ditado universalmente conhecido.

Dessa forma, baseando-se em Seiller, pode-se afirmar que o provérbio teve de fato origem em algum autor, como foi mencionado. Em etapas sucessivas, tal autoria individual foi-se extinguindo para “cair na boca do povo” e dela sair, caso este tenha gostado da nova maneira de expressar. Ocorre, então, a aceitação coletiva. O povo passa, em verdade, a ser autor e dono do provérbio, que outrora tivera sua marca registrada.

Entretanto, quando se fala “povo”, não significa referência a toda população. A formação intelectual ou moral implica diferenças no uso dos provérbios. Existem aqueles que são mais utilizados nas camadas ditas superiores e aqueles que são mais utilizados nas camadas ditas inferiores de uma população. Seiller, para explicar essas diferenças, propõe uma divisão na população em três camadas: inferior, intermédia e superior. A camada superior só usaria a "sentença" e o "pensamento", ficando para as outras duas o emprego dos provérbios, ditados e máximas. Assim, primeiro existe o provérbio nas classes menos intelectualizadas, para depois ser uma propriedade também das mais elevadas intelectualmente.

Todavia, há casos inversos. Tanto isso é verdade que muitos ditos, hoje tão populares, tiveram origem em personalidades que freqüentavam as

academias, as universidades e grandes centros de estudos.

Segundo o autor, primeiro houve a "locução proverbial", como resultante da estória narrada. Aos poucos, essa locução foi tomando contornos mais definidos, até chegar à forma de provérbio. Nessa metamorfose, elementos foram desaparecendo, palavras dispensáveis foram caindo, restando, finalmente, apenas o núcleo ou essência. A locução popular teria, então, o aspecto de "moral da história".

Para Seiller, todos os provérbios tiveram que sair de um autor ou escritor determinado, que caíram posteriormente no esquecimento. Por isso, na origem, todos os provérbios eram locuções proverbiais.

De modo geral, para Jolles,

a locução proverbial designa um estado de fato sobre uma espécie a que se chama enunciado. O enunciado da locução não progride por ligação ou conclusão de um juízo a outro; refere-se a um estado de fato, de maneira única e absoluta, e diremos que a sua espécie é a de afirmação ou apocalíptica, não de desenvolvimento ou discursiva. (Ibidem, p. 139.)

E essa espécie afirmativa é a única que permite exprimir o que Jolles chama de experiência.

Resumindo as observações de Jolles, pode-se dizer que a língua dos provérbios é de natureza tal que todos os seus elementos possuem uma existência fechada sobre si mesma e são contrários a todo didatismo.

Outro estudo sobre os provérbios é o de Greimas (1975). Sua pesquisa

apresenta algumas características de ordem sintática e semântica, caracterizando dessa forma o universo discursivo dos provérbios e ditos.

Na língua falada, os provérbios distinguem-se nitidamente do conjunto da cadeia falada pela mudança de entonação. "O locutor abandona voluntariamente sua voz a fim de proferir um segmento de fala que não lhe pertence propriamente e que ele está unicamente citando" (ibidem, p.288).

Os provérbios e os ditados são elementos significantes em um código particular e, segundo o autor, formas finitas integrantes de um sistema de significação fechado. Ele propõe a descrição do plano do significante como forma de dar conta das configurações de seu significado.

Os provérbios são, para Greimas, elementos conotados: por conotação entende-se a transferência de significado de um lugar semântico para um outro. Os ditados, ao contrário, são elementos não-conotados. Não é preciso buscar significações fora da intencionalidade linear em que se encontram.

De ordem estrutural, sua análise greimasiana procura, através das regularidades formais, propor regras de conteúdo que presidem o funcionamento proverbial. Assim, o autor chega à formulação de princípios gerais, responsáveis pela significação marcante do provérbio e do ditado.

Quanto à forma, Greimas reconhece uma estrutura de caráter arcaico pela construção gramatical:

- a) ausência do artigo;
- b) ausência de antecedentes;
- c) não-observância da ordem convencional das palavras;
- d) caracteres lexicais arcaizantes.

Os traços arcaicos dos provérbios remetem à época de sua formação. A forma arcaizante é necessária, constituindo um de seus traços distintivos fundamentais.

De acordo com sua análise, os provérbios e ditados caracterizam-se por um estatuto verbal definido, sendo utilizados principalmente:

- a) o presente do indicativo;
- b) o imperativo;
- c) o imperativo tematizado em presente do indicativo.

Um outro aspecto apontado por Greimas diz respeito à estrutura rítmica binária dos provérbios e ditados em que aparecem frases de modulação responsáveis pela:

- a) oposição de duas orações;
- b) oposição de duas orações sem verbo;
- c) oposição de dois grupos de palavras no interior da oração.

A estrutura rítmica binária, observa Greimas, é freqüentemente reforçada pela utilização de oposições no plano lexical.

Feito o levantamento dos traços distintivos e formais dos provérbios e ditos, Greimas esboça algumas conclusões, as quais são apresentadas a seguir:

A forma arcaizante de provérbios e ditos, intercalados na cadeia do discurso atual, faz com que sejam remetidos a um passado não-determinado, além de conferir uma espécie de autoridade que provém da "sabedoria dos antigos" ³ e ⁴. O caráter arcaico dos provérbios constitui uma colocação fora do termo das significações que eles contêm.

A utilização do tempo presente e dos modos indicativo ou imperativo ressalta a insólita colocação dos provérbios ou ditados no discurso. O presente torna-se tempo a-histórico por excelência, que ajuda a enunciar verdades eternas, sob forma de simples constatações. Greimas afirma que o imperativo, instituindo uma regulamentação fora do tempo, assegura a permanência de uma ordem moral sem variações.

Parece sugestivo a Greimas que a frase concebida sob a forma binária de modulação pergunta *versus* resposta se apresente como uma estrutura simultaneamente clara e fechada.

³ A questão da sabedoria dos antigos é abordada no subitem 2.5, que trata do Senso Comum e do Poder.

⁴ Apud Gramsci, 1978.

Com relação ao comportamento estilístico dos elementos léxicos constitutivos dos provérbios e dos ditos, observa que eles se moldam a partir da repetição do mesmo elemento nas duas partes da estrutura proverbial, permitindo o estabelecimento de correlações entre as duas seqüências assim articuladas. A realização, no plano sintagmático, de pares oposicionais é sistemática por definição.

Estamos persuadidos de que a descrição sistemática de provérbios e ditos, em si mesma interessante, poderá propor algum elemento explicativo para os problemas de estilística e contribuir pelo inventário exaustivo das correlações dos pares oposicionais nos provérbios, para estudo de outros simbolismos. (Ibidem, p.295.)

Na investigação a que este trabalho se propõe, esses “outros simbolismos” mencionados são verificados no âmbito da Análise do Discurso, avaliando-se a questão da opacidade do discurso, do não-dito no discurso.

Outra contribuição para o estudo dos provérbios está em Barthes (1972), no qual se encontra a caracterização de termos, estrutura e forma das máximas⁵, através das máximas de La Rochefoucauld.

Para Barthes (1972), a máxima é uma estrutura fechada, um objeto duro, uma proposição de tipo sentencial ou citacional, com traçado verbal bastante arcaico que constitui por si só um espetáculo, o espetáculo mesmo da palavra.

A máxima é um objeto duro, luzidio - e frágil – como a carapaça de um inseto, e, como o inseto, possui também um ferrão, este colchete de

⁵ A definição do termo máxima pode ser verificada na definição dicionarizada do termo provérbio, no início desse capítulo.

palavras aguçadas que a encerram, a coroam – e a fecham, armando-a (ela é armada por ser fechada). (ibidem, p.10-1.)

Sua característica mais marcante é a descontinuidade: ela tanto constitui uma proposição cortada do discurso⁶ como ainda possui, no seu interior, um outro descontínuo; ela é um bloco geral composto de blocos particulares bastante visíveis que se ligam sem, contudo, se fundirem uns aos outros. Esses blocos ou partes imóveis são uma espécie de essências – substantivas (amor, paixão), adjetivas (delicado) ou verbais (enganar, ferir) que remetem a um sentido pleno, eterno, fechado, sobre o qual se edifica a máxima.

Existe uma afinidade especial entre o verso e a máxima, a comunicação aforística e a comunicação divinatória. A máxima, assim como o verso, constitui uma linguagem medida. Existem máximas com dois, três, quatro, cinco ou sete tempos, de acordo com o número de acentos semânticos. Segundo os cânones clássicos, “toda máxima tende evidentemente para a antítese, isto é, para a simetria” (Ibidem, p.13). Então, são os metros pares (trata-se sempre de metros semânticos) que caracterizam naturalmente a máxima.

O caráter dual da estrutura comanda a relação que conecta os seus termos. Trata-se, devido ao próprio estado da estrutura, de uma relação de essência e não de fazer, de identidade e não de transformação. Na máxima, “com efeito, a atividade de linguagem é sempre definicional e não transitiva” (ibidem p.13).

⁶ O termo discurso foi retirado do texto de Barthes. Não se confunde com o termo discurso utilizado pela Análise do Discurso.

Vê-se, em Barthes, a máxima submetida a uma relação de equivalência: um termo vale tanto (ou não vale) quanto outro. Essa relação é puramente comparativa: a máxima confronta dois objetos, limitando-se a propor a relação quantitativa entre ambos ou atendendo a um projeto de denúncias, evidenciados no uso dos comparativos críticos de igualdade, superioridade e inferioridade. Além da comparação, a relação de equivalência possibilita a identidade, definindo tais elementos em termos de essência e não de quantidade.

Para Barthes, a relação mais significativa é a relação de identidade restritiva, marcada pela expressão "não passa de", que evidencia o desvendamento redutor do termo, a relação desmistificante entre a aparência e a realidade, pois se define o mais pelo menos.

Uma vez descritos os termos e a estrutura das máximas, Barthes destaca outro elemento que confere à máxima uma forma sutil: o conceito. O conceito representa uma espécie de ruptura: tende sempre a emprestar um fecho brilhante ao pensamento, quase sempre no final da máxima.

A figura preferida do conceito é a antítese: ela atinge todas as categorias gramaticais. A antítese é uma força universal de significação, uma maneira de fazer surgir o sentido de uma oposição. Além do procedimento de alternar o conceito, ela se utiliza do repetir. "A oposição do sentido é ainda mais flagrante por vir sustentada por um acidente verbal perfeitamente limitado" (ibidem, p. 18).

Caracterizada a forma, Barthes passa a estudar a relação de identidade restritiva entre os tempos fortes. O primeiro termo, o que encabeça a máxima, é o da classe das virtudes (irrealias, objetos vãos); o segundo é ocupado pela classe das realias (objetos reais). As realias podem ser de três espécies: a) paixões (as vaidades, o furor, a preguiça, a ambição, subordinadas ao amor próprio); b) contingências (tudo o que depende do acaso); c) realidades atenuadas (as ações, os defeitos e os vocábulos gerais). Entre as irrealias e as realias, existe um relacionamento de máscara, umas mascarando as outras⁷. "La Rochefoucauld faz cessar a ambigüidade dos signos desmascarando as virtudes" (ibidem, p.20). Mostrar que a ordem moral não passa de máscara de uma desordem contingente acaba sendo mais tranquilizador do que permanecer preso a uma ordem aparente, porém, singular.

La Rochefoucauld usou em suas máximas o resultado da dialética humana, transformando a desordem das contingências em forças que se organizam em hierarquias. A máxima representa um caminho infinito de decepção, em que a aparência (ou máscara) constitui o sujeito do discurso, sendo a realidade seu predicado.

“A desmistificação infinita que as Máximas põem em cena não podiam deixar de lado (ao abrigo) o próprio fazedor de máximas (...). O autor das máximas não é um escritor; ele diz a verdade” (ibidem, p.24). Essa tarefa é, no

⁷ Veja conclusão do estudo de Grésillon & Maingueneau (1984), apresentada no subitem 3.1.

entanto, contestadora. A máxima é “um ente bifronte”, é um “discurso essencialmente ambíguo, situado no limiar de dois mundos (...): o da morte e do jogo” (ibidem, p. 25). A máxima se aproxima de um jogo verbal.

Outra contribuição, ainda para o estudo dos provérbios, está no trabalho de Maingueneau (1997), no qual se encontra um aspecto pouco abordado pelos outros autores apresentados: Maingueneau aborda a questão da voz. Vê os provérbios como uma voz introduzida por um locutor que se utiliza da autoridade imanente do provérbio.

Segundo Maingueneau, o provérbio é visto como um fenômeno enunciativo que permite ao locutor proferir falas pelas quais não se responsabiliza. Nesse prisma, tem-se um "locutor" superlativo, que garante a validade da enunciação, e as coletividades supostas pelas formações discursivas que partilham um tesouro de enunciados fundados.

O provérbio representa um enunciado-limite para Maingueneau: o "locutor" autorizado que o valida, em lugar de ser reconhecido apenas por uma determinada coletividade, tende a coincidir com o conjunto de falantes da língua, estando aí incluído o indivíduo que o profere. Este último toma sua asserção como o eco, a retomada de um número ilimitado de enunciações anteriores do mesmo provérbio.

"Os provérbios, verdades imemoriais por definição, fazem parte do dicionário da língua" (ibidem, p.101). Referir um provérbio, para Maingueneau, é

utilizar-se da autoridade a ele imanente.

Independentemente da pequena e difícil diferença existente entre a máxima, o provérbio e o dito, o objetivo desta explanação foi caracterizar esse universo como um todo.

Da mesma forma que explanado aqui, Pereira (1994) traz em sua tese algumas considerações acerca de estudos que tentam distinguir os termos ditado, provérbio, rifão, anexim, dito popular, refrão, máxima ou adágio, entre outros, "todavia sendo os critérios utilizados fluidos e heteróclitos e, conseqüentemente, carecendo de eficácia, não atingem o intento" (ibidem, p. 11). Sendo assim, neste trabalho não será considerada qualquer diferença entre os termos. Serão todos tratados como sinônimos. O que interessa é o discurso proverbial, os enunciados que contenham as características de um provérbio, ou seja, enunciados que designam um princípio de regra moral, o saber do povo através de uma linguagem simples, familiar, breve, concisa, direta, convincente e com um encerramento definicional.

2 QUADRO TEÓRICO DE REFERÊNCIA

Nesse capítulo, objetiva-se apresentar alguns conceitos e princípios julgados fundamentais para esta investigação. Tem-se como hipótese que a Análise do Discurso, doravante também apresentada como AD, pode fornecer elementos representativos para a análise do preconceito e conseqüentemente dos provérbios.

A Análise do Discurso é muitas vezes entendida como uma disciplina interdisciplinar, pois trabalha nos limites, nas fronteiras de várias ciências. De acordo com Orlandi (1996), a AD é uma disciplina de entremeio, ou seja, se faz na contradição da relação entre as outras disciplinas, faz uma ligação, mostrando que não há separação estanque entre a linguagem e sua exterioridade. Para a autora, considerar a AD como interdisciplinar seria negar sua própria existência.

Cada forma de conhecimento tem seu objeto. Colocar a AD na confluência dos dois objetos seria não reconhecer o que lhe é próprio e desconhecer, com isso, o sentido da dispersão disciplinar significada aí. Sua caracterização como interdisciplinar poderia assim ser sua própria negação, assim como é a negação da necessidade histórica da reorganização do campo das relações entre as diferentes regiões do saber. (Orlandi, 1996, p.25).

Sendo assim, vários elementos são discutidos para compor o quadro

teórico deste trabalho: língua, história, sujeito e seus imbricamentos, cultura, senso comum, poder e preconceito são apresentados na tentativa de mostrar a ligação do exterior com a língua.

2.1 LÍNGUA E HISTÓRIA

A linguagem deve ser reconhecida em sua dualidade constitutiva, ou seja, o seu caráter ao mesmo tempo formal e atravessada por entradas subjetivas e sociais de onde se infere que a linguagem não é um sistema ideologicamente neutro. Enquanto discurso, a linguagem é o lugar do conflito, do confronto ideológico. Por ser constituída por processos histórico-sociais, não pode ser estudada fora da sociedade, isto é, seu estudo não pode ser desvinculado das condições que permitiram sua produção. É sob esse enfoque que a Análise do Discurso fornece importantes subsídios, pois estuda a linguagem não apenas em relação ao sistema interno, enquanto formação lingüística, mas também como formação ideológica. Por aliar em seu quadro teórico o lingüístico ao sócio-histórico, torna nucleares os conceitos de ideologia, de história e de discurso.

A problemática que instaura a Análise do Discurso pode ser colocada de modo bastante claro: perceber a relação que se dá entre a ordem da língua e o exterior que a constitui. Pêcheux (1969) fala da relação entre a língua e esse “de fora” que está imbricado nela: “se a Lingüística é solicitada a respeito deste ou daqueles pontos exteriores a seu domínio, é porque, no próprio interior de seu

domínio (em sua prática específica), ela encontra, de certo modo, essas questões, sob a forma de questões que lhe dizem respeito”. (ibidem, p.88).

Isso mostra que, mais do que possível, é necessário colocar-se a questão da relação entre exterior e linguagem em qualquer pesquisa lingüística. Isso pode se dar de variadas maneiras, e não se pretende expô-las aqui. Para os objetivos desta investigação, basta saber que quaisquer desses modos de colocação do problema levantam complicações na definição do que seja uma língua. Saussure, certamente, foi um dos primeiros a perceber que confrontar a linguagem com seus limites é definir de que modo esses limites se sustentam em relação ao “resto” que fica à margem.

Diante disso, a Análise do Discurso de linha francesa não hesitou em tomar partido. Sua fecundidade advém sobretudo do fato de que, para a AD, a questão não está nem em atribuir à língua primazia sobre todos os outros fatores que possam ser analisáveis, nem em fazer do exterior (seja ele visto em termos econômicos, ideológicos, empíricos) um determinante da língua de modo imediato. O processo entre a linguagem e seu exterior é sempre mediado:

não só não existe relação termo-a-termo entre a linguagem e o mundo como também não existe relação termo-a-termo entre os textos que são materiais de análise e os resultados dela. (Orlandi, 1996, p.62.)

De fato, ao propor o conceito “discurso” (e não língua, ou fala), a AD opera um deslocamento fundamental.

Não se pretende elidir aqui todos os problemas técnicos e teóricos em que

se vê imersa a Análise do Discurso. De fato, o campo não é homogêneo nem formado definitivamente, bastando ao analista operar com os conceitos preestabelecidos e daí retirar conclusões forçosamente idênticas, caso outro analista se ocupasse do mesmo material. Pelo contrário, o próprio modo de como a Análise do Discurso se constituiu e suas proposições de base impedem qualquer tentativa de transformá-la numa pura metodologia, sem qualquer vínculo com a Ética ou a Política.

É exatamente o contrário que ocorre: o campo teórico da AD insere-se complexamente na estrutura das ciências, no jogo das políticas, em resumo – fazer AD é instalar-se no lugar ambíguo e contraditório de uma nova forma de ver questões, de saber a língua. No entanto, ressaltar a não-homogeneidade do campo e o caráter inovador de suas proposições não quer dizer que não haja um ponto comum de acordo. A AD, embora tenha um longo caminho a percorrer, já se decidiu quanto à trilha que deve ir abrindo. Isso se deve a algumas recusas fundamentais que caracterizam o campo da AD e das quais apenas algumas indicações serão apresentadas aqui, sem pretender esgotar a questão:

- a) a recusa a qualquer concepção psicologizante de sujeito, que atribua a este total controle e conhecimento de suas “intenções”, “conhecimentos”, etc.;
- b) a recusa a qualquer concepção utilitarista da linguagem, que veja a língua apenas como sistema de signos utilizados na transmissão de informações;
- c) a recusa a qualquer tentativa de se estabelecer a relação entre fatores

lingüísticos e extralingüísticos de modo direto e sem reservas;

- d) o investimento numa tentativa de determinar a articulação entre a dialética materialista e psicanálise freudiana, recusando a absorção teórica de um campo pelo outro;
- e) a recusa a qualquer metalinguagem, se se pensar que não há como falar de um lugar outro, fora das determinações e pretensamente neutro – sempre há interpretação.

Assim, embora se possa divergir quanto a este ou aquele ponto específico, a AD se compõe no solo comum da defesa de uma teoria não-subjetivista e materialista, sobre a linguagem e o mundo. Nesse quadro, os conceitos de língua e de história convergem no objeto de análise: o discurso.

Não consideramos a linguagem como dado nem a sociedade como produto; elas se constituem mutuamente. Se assim é, o estudo da linguagem não pode estar apartado da sociedade que a produz. Os processos que entram em jogo na constituição da linguagem são processos histórico-sociais. (...) Ou seja, o discurso é um objeto histórico-social, cuja especificidade está em sua materialidade, que é lingüística. (Orlandi, 1988, p.17).

O discurso não é, portanto, o conteúdo da linguagem, nem mesmo o significado mais ou menos recuperável de uma formulação já há muito esquecida. Ele é sempre uma relação, uma vez que “o sentido não está (alocado) em lugar nenhum mas se produz nas relações: dos sujeitos, dos sentidos, e isso só é possível porque sujeito e sentido se constituem mutuamente (...)” (Orlandi, 1995, p.20). O objetivo do analista do discurso não seria dessa maneira indagar

das formas lingüísticas seu significado, mas sim compreender de que maneira esse significado se dá, compreender o funcionamento das relações que estabelecem os sentidos e que lhes dá a aparência de unívocos, permanentes, perfeitamente adequados à situação de que tratam.

Diante disso, pode-se definir a língua como estrutura não-fechada em si mesma, isto é, como sistema constituído por aquilo que não está nela e, todavia, a constitui. Como poderia dizer Saussure, a língua tem sua ordem própria, sendo, ao mesmo tempo, “um todo por si e um princípio de classificação” (Saussure, 1995, p.17). No entanto, não é opondo a língua à fala - uma “manifestação individual e momentânea” (ibidem, p.28) - que se encontra filiação com este autor. Para Saussure, o sistema lingüístico é fechado em si mesmo, sendo a fala apenas uma atualização desse sistema pelo indivíduo que o utiliza. A filiação que se reconhece está justamente na sua inovação em conceder à língua uma autonomia específica em relação a quaisquer outros fenômenos, em reconhecer na língua uma materialidade própria. Entretanto ocorre um distanciamento de Saussure ao colocar-se outro objeto de estudo (o discurso), que, por sua vez, faz repensar o estatuto próprio do que seja a “língua”.

Essa “ordem própria” está aberta ao exterior que a constitui: “a língua é voltada ao equívoco; todo enunciado é suscetível de tornar-se outro, de se deslocar discursivamente de seu sentido” (Pêcheux, 1997, p.53). Filia-se, portanto, a uma noção de língua que reconhece a incompletude como constitutiva. O sistema não é fechado, pois para significar a língua se volta para o

exterior, expondo-se ao equívoco: “os sentidos ambíguos, a apreensão de equívocos na fala não podem ser imputados a problemas episódicos de interpretação, mas sim a condições estruturantes da própria língua” (Ferreira, 1994, p.15). Assim, os “erros”, as “incompreensões”, não são fruto do “mau” uso da língua, mas revelam que faz parte de sua ordem própria expor-se à história e, com isso, aos “desentendimentos”...

A história, por sua vez, não é vista como algo que se acrescenta à língua nem como uma sucessão de eventos em ordem cronológica. Como Henry, considera-se que

não há ‘fato’ ou ‘evento’ histórico que não faça sentido, que não peça interpretação, que não reclame que lhe achemos causas e conseqüências. É nisso que consiste para nós a história, nesse fazer sentido, mesmo que possamos divergir sobre esse sentido em cada caso. (Henry, 1994, p.51-2).

O histórico não é, então, o momentâneo, o individual, o acessório. Assim como a língua, a história tem sua ordem própria; reconhecer essa ordem e trabalhá-la na conjunção com a ordem própria da língua - eis a tarefa da AD. Para isso, a emergência do conceito de “discurso”. O discurso é o lugar em que se dá a confluência entre essas ordens, o espaço em que jogam a estrutura (a língua) e o acontecimento (a história). Reconhece-se o lugar da base lingüística, ou seja, reconhece-se a existência de uma estrutura dotada de autonomia relativa, submetida a suas próprias leis... que, por sua vez, é o lugar em que se desenvolvem processos discursivos (Pêcheux, 1969, p.91). E este processo não é a “utilização” individual da língua pelo sujeito (voltar-se-ia à dicotomia língua /

fala ao exterior enquanto acessório e, ao sujeito, enquanto senhor de suas vontades). Este processo se inscreve numa relação que é desde sempre ideológica e não individual:

os fatos de sentido da ordem do discurso não são remissíveis ao discurso de um sujeito, nem mesmo aos de vários conjuntos para fazer uma espécie de 'sujeito médio', mas a 'formações discursivas' que não têm realidade no nível do indivíduo, senão pelo fato de que elas determinam as posições que pode e deve ocupar todo indivíduo, para ser o sujeito de uma enunciação provida de sentido. (Henry, 1993, p. 162).

Desse modo, chega-se ao problema da significação enquanto problema teórico da AD. Com base nas considerações apresentadas acima, pode-se afirmar que o significado de uma frase (seu sentido) não está preso à literalidade das formas lingüísticas nem à espontaneidade da vontade do sujeito; é preciso fazer operar outros conceitos que avançam a questão. É exatamente este o caso dos provérbios: o significado de um enunciado proverbial está além do significado das expressões lingüísticas utilizadas, há algo por trás. É este "por trás" que se quer averiguar.

2.2 A QUESTÃO DO SUJEITO E SUAS IMBRICAÇÕES

Questionar uma evidência é uma das formas mais evidentes de aborrecer alguém. Em geral, a posição do questionador é tomada como uma derivação da mais estúpida teimosia, que insiste em não ver os fatos a sua frente. O que a AD preconiza, acima de tudo, é justamente problematizar a questão das evidências -

em essencial, a questão da evidência do sujeito e da transparência da linguagem. Para o caso específico desta pesquisa, o que é questionado é exatamente o que “para todo mundo” é evidente: a questão do preconceito contra a mulher nos ditados populares.

Justamente por apresentar-se como evidente, o termo “sujeito” é ambíguo e de difícil definição. Pode significar a “pessoa”, aquele que fala, ou, em termos gramaticais, aquele de quem se fala. De qualquer modo, trata-se sempre de nomear o “ser”. Ser tomado como indivisível, senhor de seus atos e vontades, estrategista. O funcionamento dessa evidência mascara um processo bastante complexo de identificações, em que o indivíduo é interpelado em sujeito. A evidência de que “eu sou eu”, de que “sei do que falo”, de que “digo isso com a intenção x”, enfim, a evidência de que posso estender à minha frente meus atos e inseri-los numa rede causal comandada por minha consciência – este é o efeito elementar e menos percebido da evidência do sujeito:

Como todas as evidências, inclusive as que fazem com que uma palavra ‘designa uma coisa’ ou ‘possua um significado’ (portanto inclusive as evidências da transparência da linguagem), a evidência de que eu e você somos sujeitos – e até aí não há nenhum problema – é um efeito ideológico, o efeito ideológico elementar. (Althusser, 1970, p.36.)

Esse “efeito ideológico elementar” é histórico. As formas em que se dá esse efeito variam ao longo da história e se relacionam com os mecanismos pelos quais os aparelhos de poder individualizam, tornam discerníveis, controláveis e, ao mesmo tempo, “livres” os indivíduos. Isso fica constatado se for observada a questão da submissão do homem: ao longo dos tempos a submissão a Deus cedeu

lugar à submissão ao Estado. Entretanto, essa submissão torna-se menos visível, porque uma idéia de sujeito livre é sustentada (Haroche apud Orlandi, 1996, p.90) Um sujeito que determina suas próprias vontades. Nesse sentido, o modo de se relacionar do sujeito relativamente à língua é correspondente à forma de assujeitamento aos aparelhos de poder predominantes em diferentes momentos da história e pode ser apreendida na relação da língua com a história no objeto de análise: o discurso.

Ao admitir-se a relação da língua com a história na constituição do discurso, e não a dicotomia língua / fala, assume-se que

a discursividade não é a fala (parole), isto é, uma maneira individual ‘concreta’ de habitar a ‘abstração’ da língua; não se trata de um uso, de uma utilização ou da realização de uma função. Muito pelo contrário, a expressão processo discursivo visa explicitamente a recolocar em seu lugar (idealista) a noção de fala (parole) juntamente com o antropologismo psicologista que ela veicula. (Pêcheux, 1969, p.91.)

Desse modo, ao recusar a distinção língua/fala e introduzir a divisão língua/discurso, Pêcheux também recusa a concepção que separa, na língua, o social e, na fala, o individual.

Mais além, a proposta de Pêcheux também tem o mérito de assegurar que o método a ser utilizado não seja uma “lingüística aplicada”. Para ele, um discurso não pode ser analisado como um texto fechado, pois o funcionamento de um discurso não é integralmente lingüístico. Dessa maneira, a proposta de Pêcheux situa-se na junção daquilo que se chama Ciências Sociais, ou Ciências Humanas, sem se restringir a nenhuma delas em particular. Se para as Ciências

Sociais a linguagem conta pouco, ou serve apenas de passagem, e se para a Lingüística o exterior é sempre um acréscimo (nunca constitutivo), a AD trabalha justamente nessa relação dos entremeios entre essas disciplinas.

É assim que Pêcheux poderá inserir o conceito proposto por Henry: o pré-construído: “não deveríamos (...) considerar que há separação, distância, discrepância na frase entre o que é pensado antes, em outro lugar e independentemente, e o que está contido na afirmação global da frase?” (ibidem, p.99). O pré-construído, longe de ser apenas um conceito técnico que viria a substituir o pressuposto, é fruto de uma posição epistemológica materialista em ciência. Ao assumir o primado do ser sobre o pensamento, assume-se, por conseguinte, a divisão do sujeito. O real existe fora do pensamento e independentemente dele, mas o pensamento depende do real. Essa dissimetria

indica, de saída, que não estamos diante de duas ‘regiões’, o que torna sem efeito a questão de saber qual das duas regiões contém a outra, e em que condições (e em que espaço) se pode fazê-las coincidir. Essa não-simetria designa na verdade ‘o primado do ser sobre o pensamento’, na medida em que o real como necessário (a ‘necessidade real’) determina o real como pensamento (a ‘necessidade pensada’) e isso como se se tratasse da mesma necessidade. (Ibidem, p.255-6).

Essa tomada de posição implica, nos estudos da linguagem, considerar a exterioridade como constitutiva, uma vez que

as modalidades histórico-materiais sob as quais ‘o real determina as formas de existência do pensamento’ são, elas mesmas, determinadas pelo conjunto das relações econômicas, políticas e ideológicas, tal como existem em um ou outro momento histórico, isto é, tal como a luta de classes, que as atravessa sob diversas formas, as organiza. (Ibidem, p.256).

Os deslocamentos produzidos pelas considerações acima demandam a elaboração de conceitos teórico-metodológicos que sustentam os postulados básicos. Serão aqui explicitadas as noções de formação ideológica, formação discursiva e interdiscurso, tal como são entendidas.

Partindo do princípio de que não há discurso sem sujeito, e de que não há sujeito senão sob uma ideologia, as Formações Ideológicas (FIs) se caracterizam por fornecer as evidências

pelas quais ‘todo o mundo sabe’ o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado ‘queiram dizer o que realmente dizem’, e que mascaram assim, sob a ‘transparência da linguagem’, aquilo que chamaremos o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados. (Ibidem, p.160).

Dessa maneira, em vez de considerar o sentido como derivado de propriedades intrínsecas das palavras, expressões, etc., considera-se que o sentido é, ao contrário, um efeito produzido pela relação existente entre essas formas e as FIs que as sustentam. Quanto à ideologia, esta é um mecanismo inconsciente que produz as evidências dos sentidos. Toda produção de evidência, toda produção de sentido é ideológica na medida em que “fabricam” efeitos de literalidade, apagando o processo histórico próprio de sua constituição.

As Formações Discursivas (FDs), por sua vez, representam aquilo que, inserido numa formação ideológica dada, “determina o que pode e deve ser dito” (ibidem, p.160). Assim, o indivíduo, ao ocupar o espaço de uma FI, é interpelado em sujeito do discurso que representa esta formação em uma FD. As FDs podem,

então, ser definidas como “espaço de reformulação-paráfrase, onde é determinado o que pode e deve ser dito em uma situação dada, de uma conjuntura sócio-histórica determinada” (Serrani, 1993, p.117), entendida a paráfrase não como uma relação de sinonímia entre formas lingüisticamente diversas, mas como uma ressonância de significação. Pode-se identificar uma paráfrase sempre que, entre duas unidades lingüísticas, houver uma ressonância interdiscursiva que constrói a evidência de um sentido. Essas unidades ressoam sempre para um dado interlocutor, seja ele uma projeção no discurso (imagem que “eu” faço do “outro” que me ouve, imagem que faço da imagem que esse outro tem de mim – e que determina o quadro das “estratégias”), seja ele o lugar da forma-sujeito de um discurso determinado, tal como definido mais acima na relação FI x FD.

Esse jogo e essa relação são exemplificados no funcionamento daquilo que Pêcheux chamou de esquecimentos nº 1 e 2. O esquecimento nº 1 como o fato de que o sujeito “esquece” que não pode se encontrar no exterior da FD que o determina, concebendo a si mesmo como origem de seu discurso. Por ser um funcionamento inconsciente, é precisamente o tipo de funcionamento em que o sujeito se constitui enquanto tal. O esquecimento nº 2, por sua vez, caracteriza-se por um funcionamento do tipo pré-consciente, em que o sujeito seleciona, recorta, distribui, no interior da formação discursiva que o determina, “um enunciado, forma ou seqüência, e não outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia reformulá-lo na formação discursiva considerada” (Pêcheux,

1969, p.173). O esquecimento nº 2 dá ao sujeito a ilusão de que suas palavras correspondem à realidade, que são expressões objetivas de um real. A combinatória desses dois tipos de esquecimento na forma-sujeito do discurso faz com que o esquecimento nº 1 seja mascarado pelo funcionamento do esquecimento nº 2, pelo que o sujeito tem a impressão de domínio sobre seu discurso, colocando-se como origem do dizer.

Essa ressonância acontece no interdiscurso, definido como o “conjunto do dizível, histórica e lingüisticamente definido” (Orlandi, 1995, p.89). Assim, ele representa, para o sujeito, “séries de formulações que derivam de enunciações distintas e dispersas que formam em seu conjunto o domínio da memória” (ibidem, p.90) que constituem a exterioridade do discurso. Ao falar, o sujeito precisa se situar nesse domínio do já-dito, deslocando-o, deslizando sua rede, em uma palavra: resignificando. Como diria Pêcheux, “só por sua existência, todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos: todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (...) de deslocamento no seu espaço” (Pêcheux, 1997, p.56).

Esse trabalho de filiação e deslocamento dá-se na relação entre as duas ordens de real: o real da língua e o real da história (o interdiscurso). O interdiscurso, na forma da memória, fornece ao sujeito as evidências nas quais esse constrói sua “realidade”. Assim, o interdiscurso é o sentido preexistente ao

sujeito que sustenta o próprio sentido que o sujeito pensa dar a suas próprias palavras. É o sentido “já-lá”, anterior ao sujeito e no qual ele irá se situar historicamente.

Cabe também dizer que o interdiscurso não é o conjunto das várias possibilidades de sentido. No interdiscurso não se encontram os vários sentidos possíveis para “alguma coisa”, mas o sentido “dessa alguma coisa” historicamente determinado (mesmo porque “alguma coisa” poderia ter qualquer sentido; não tem justamente porque há determinações históricas que impedem). Não é, portanto, um espaço constituído de várias significações possíveis das quais o sujeito poderia escolher uma que lhe aprouvesse; pelo contrário, é o espaço de fixidez, de literalização do sentido, no qual o sujeito irá ter que se constituir. O que mostra que o sentido literal é, ele mesmo, um efeito do interdiscurso, um produto da história.

Para melhor precisar o que foi dito acima, retoma-se Guimarães (1996), quando este autor diz que “todo discurso é um trabalho sobre outros discursos” (ibidem, p.66). Desse modo, o que constitui a particularidade de todo discurso é sua relação com os outros discursos. Não é em si que todo discurso se constitui, mas precisamente nessa relação que estabelece com outros dizeres. O interdiscurso é, assim, esse espaço múltiplo que aparece como exterior ao sujeito, e no qual ele se constitui ao se filiar às diferentes FDs que recortam o interdiscurso e que representam as diferenças sociais, as diferentes posições que pode o sujeito assumir.

Sendo sempre uma relação com outros discursos, o discurso não pode ser considerado um todo fechado e homogêneo de cuja constituição não faz parte a contradição. O que dá unidade ao discurso é o fato de ele ser uma prática, na qual o sujeito se insere. Prática determinada pela historicidade, pelo exterior da linguagem: o interdiscurso – a memória. O sujeito se constitui filiando-se às diferentes FDs que se abrigam contraditoriamente no interdiscurso.

2.3 A QUESTÃO DA HETEROGENEIDADE DISCURSIVA

No discurso proverbial, vê-se claramente a presença do discurso do “outro”. Na verdade, complementando o que já foi dito, esta presença é constitutiva do discurso proverbial, é necessária, é essencial, é o próprio provérbio, pois a enunciação de um dito já traz aquele valor de “não sou eu quem diz”, e é o que fornece sua legitimidade, sua força.

A questão do “outro” como constitutivo do discurso relaciona-se, sob a influência da psicanálise, à questão do sujeito, materialmente ligado à ideologia.

Essa noção do “outro” do discurso é melhor reconhecida através do conceito de heterogeneidade. De acordo com Maingueneau (1997), falar em heterogeneidade no discurso implica “tomar conhecimento de um funcionamento que representa uma relação radical de seu ‘interior’ com seu ‘exterior’”. (ibidem, p.75).

Authier-Revuz (1982 e 1990) em seus estudos sobre heterogeneidade trabalha com um conjunto de formas por ela denominadas de **heterogeneidade mostrada** - que inscrevem o “outro” na seqüência do discurso. Essa heterogeneidade tem por pressuposto uma outra, que é constitutiva do próprio discursivo - a **heterogeneidade constitutiva**.

Segundo a autora, é necessário trabalhar com uma definição da própria linguagem enquanto heterogênea e que constitui a identidade no movimento das alteridades que convoca no jogo do funcionamento do discurso. A heterogeneidade do discurso será marcada quando essa alteridade for mostrada através de traços da presença do “outro” no “eu”.

Authier-Revuz distingue aquelas formas marcadas que mostram o lugar do “outro” de forma unívoca (discurso direto, aspas, itálicos) e aquelas não-marcadas em que o “outro” é dado a reconhecer sem marcação unívoca (discurso indireto livre, ironia, ...). Aponta também para o fato de as noções de enunciação estarem necessariamente ancoradas no exterior da lingüística, trazendo concepções de sujeito e de sua relação com a linguagem que devem ser explicitadas.

Para propor o que chama de heterogeneidade constitutiva do sujeito e de seu discurso, a autora apóia-se, de um lado, nos trabalhos que tomam o discurso como produto de interdiscurso ou, em outras palavras, na problemática do dialogismo bakhtiano; de outro lado, apóia-se na abordagem do sujeito e de sua

relação com a linguagem permitida por Freud e sua releitura por Lacan.

É em relação a esse exterior à lingüística (...) que proporei uma descrição da heterogeneidade mostrada como formas lingüísticas de representação de diferentes modos de negociação do sujeito falante com a heterogeneidade constitutiva do seu discurso. (Idem, 1990, p.26)

O dialogismo proposto por Bakhtin é, segundo Authier, uma teoria da dialogação interna do discurso diferenciando-se do diálogo face a face. Nos termos do próprio Bakhtin, somente o Adão mítico estaria em condições de ser ele próprio o produtor de um discurso isento do já-dito na fala do outro. Nenhuma palavra é neutra, mas inevitavelmente carregada, ocupada, habitada, atravessada pelos discursos nos quais viveu sua existência socialmente sustentada.

E colocada como essencial e fundadora do par lingüístico/translingüístico a distinção entre os elementos abstratos da língua, reiteráveis, palavras, frases, portadores de uma ‘significação’ no quadro do sistema lingüístico, e os acontecimentos concretos, únicos, que são os enunciados, produtos da interação da língua e da situação, em um ato de ‘inter-relação verbal’, e, como tais, portadores de um ‘tema’ (‘sentido contextual de uma palavra dada nas condições de uma enunciação concreta’) e, necessariamente, de um ‘acento apreciativo’ ou ‘**juízo de valor**’ (axiológico) inserido no ‘sistema [contraditório] de apreciações sociais’ que constitui o campo discursivo. (sem grifo no original). (Idem, 1982, p.25-6).

A autora articula a heterogeneidade do discurso ao descentramento do sujeito, o qual ela apresenta como efeito de linguagem e, por conseguinte, dividido, clivado, cindido (idem, 1990, p.28). A heterogeneidade discursiva tem, na sua essência, a presença do “outro” que determina, pela relação com a exterioridade, o sujeito da linguagem.

A idéia central da heterogeneidade constitutiva é a de que todo discurso apresenta-se constitutivamente atravessado por outros discursos, portanto, pelo discurso do “outro”. Esse “outro” não é um objeto exterior do qual se fala, mas uma condição constitutiva do discurso de um falante que não é a fonte primeira desse discurso.

A heterogeneidade mostrada, que pode ser marcada ou não⁸, é aquela pela qual a unidade aparente do discurso é alterada, pois ela inscreve, ao contrário da heterogeneidade constitutiva, visivelmente o “outro” na seqüência do discurso. Apresenta-se sob formas lingüísticas ou não de representação de diferentes modos de negociação do sujeito falante com a heterogeneidade constitutiva ao seu discurso. Através dela, altera-se a unicidade aparente da cadeia discursiva, pois ela aí inscreve o “outro”, com ou sem marcas de ancoragem.

A autora aponta para o fato de que o locutor, ao marcar explicitamente em seu discurso pontos de heterogeneidade, delimita o lugar do “outro”, aí circunscrevendo-o e, assim, fazendo crer que o “outro” não está em todos os lugares. Na verdade, este é um gesto que significa opor este ponto, por diferença, ao resto da cadeia discursiva, à homogeneidade ou à unicidade da língua, do discurso, do sentido. Significa também um gesto que denota de que “outro” é preciso se defender e a que “outro” é preciso recorrer para se constituir. Da

⁸ De acordo com Authier-Revuz (1990), as formas de heterogeneidade mostrada marcada são aquelas que mostram o lugar do outro como unívoca (discurso direto, aspas, itálico, incisos de glossas); e as não-marcada são aquelas onde o outro é dado a reconhecer sem marcação unívoca (discurso indireto livre, ironia, pastiche, imitação).

mesma forma, remete à figura de um enunciador, utilizador e dono de seu pensamento, juiz, comendador do seu próprio dizer.

Há uma diferença, comenta Authier, entre a heterogeneidade constitutiva do discurso e a heterogeneidade mostrada no discurso. "Representam duas ordens de realidade diferentes: a dos processos reais de constituição de um discurso e a dos processos não menos reais, de representação, num discurso, de sua constituição" (íbidem, p.32). Assim, face ao "isso fala" da heterogeneidade constitutiva, responde-se através dos "como diz o outro" e "se eu posso dizer" da heterogeneidade mostrada.

Authier-Revuz cita a denegação como o modo pelo qual as formas marcadas de heterogeneidade mostrada apresentam-se como formas de desconhecimento da heterogeneidade constitutiva. Segunda ela, estas formas marcadas são, assim como os lapsos, formas de "emergência tangível do outro" no discurso. Há uma distinção, no entanto: "justamente onde o lapso, emergência bruta, produz 'buraco' no discurso, elas dão a imagem de um espaço, de uma sutura sublinhada pela costura que o anula" (íbidem, p.34).

Ao distinguir dois tipos de heterogeneidade, a mostrada e a constitutiva, a autora coloca a primeira como da ordem da sintaxe, caracterizada pela manifestação localizável - a presença do "outro" é indicada no discurso, localizável pelos receptores a partir do contexto situacional de uma multiplicidade de outros textos citados de maneira unívoca ou aludidos, podendo

ser marcada ou não. Trata-se da representação fantasmática do locutor, uma vez que ele, ilusoriamente, coloca-se como um em relação à pluralidade de outros. É a segunda que dá conta do fato de que o sujeito é determinado pela sua relação com a exterioridade, sendo um sujeito descentrado, dividido.

Esse tipo de heterogeneidade constitui-se pelo entrelaçamento no discurso de vestígios de outros discursos preexistentes, muitas vezes, independentemente de traços recuperáveis de citação ou alusão e segundo restrições sócio-históricoculturais sobre as quais o sujeito não tem controle. Encontra-se aqui a teoria da ilusão subjetiva da fala: o sujeito acredita ser a fonte de seu dizer, mas não o é. Ele, na verdade, é o suporte e o efeito desse dizer. A presença do “outro”, nesse caso, não é representada nem localizável na materialidade lingüística.

2.4 A QUESTÃO DA CULTURA

Sendo o alvo deste trabalho uma investigação a respeito do discurso proverbial, e, inevitavelmente, quando se fala sobre provérbios, traz-se à tona um problema cultural, já que estão envolvidos aspectos de várias sociedades que perpassaram o tempo e que contribuíram para a formação de uma identidade social, cultural e política. Faz-se necessário, dessa forma, entender um pouco mais o conceito de cultura.

Há muito tempo, os homens preocupam-se com a diversidade de modos de

comportamento existentes entre diferentes povos. Basta comparar costumes. Essa comparação pode começar pelo sentido do trânsito na Inglaterra, que segue a mão esquerda; pelos hábitos franceses, em que rãs e "escargots" (capazes de causar repulsa a muitos povos) são considerados como iguarias, até outros usos e costumes que chamam mais a atenção. Entre os hindus, por exemplo, a carne de vaca é proibida, da mesma forma que a de porco, aos muçulmanos. O nudismo é uma prática tolerada em certas praias, enquanto, nos países islâmicos, as mulheres mal podem mostrar o rosto em público.

Não é necessário ir tão longe; basta verificar que, em algumas regiões do Norte do Brasil, a gravidez é tratada como uma enfermidade, e o ato de parir é denominado "descansar". Esta mesma palavra é utilizada no Sul do país para se referir à morte ("fulano descansou", isto é, morreu). Ainda entre nós, existe uma diversidade de proibições alimentares que consideram perigoso o consumo em conjunto de certos alimentos que isoladamente são inofensivos, como a manga com o leite.

Há, ainda, discussões que atribuem capacidades inatas às raças, herdadas geneticamente. Muita gente acredita que os brancos são mais inteligentes do que os negros; que os alemães têm mais habilidade para a mecânica; que os judeus são avarentos e negociantes; que os norte-americanos são empreendedores e interesseiros; que os portugueses são trabalhadores e pouco inteligentes; que os ciganos são nômades por instinto; que os brasileiros são preguiçosos e só gostam de samba e nudez feminina. Esta crença representa um preconceito, ou melhor

um *pré-conceito*, isto é, um conceito prévio sobre algo não testado ou comprovado⁹.

Os estudos antropológicos, como Laraia (1989), Sahlins (1990) ou mesmo Barth (1998) no seu clássico *Os grupos étnicos e suas fronteiras*, já confirmam que as diferenças genéticas não são determinantes nas diferenças culturais. Qualquer criança normal pode ser educada em qualquer cultura se for colocada desde o início em situação conveniente de aprendizado. A espécie humana se diferencia anatomicamente dos demais animais, mas as diferenças de comportamento entre pessoas de sexos diferentes não são determinadas biologicamente. Muitas atividades atribuídas às mulheres em uma cultura podem ser atribuídas aos homens em outra. Até mesmo aquelas determinadas fisiologicamente: atualmente até a nutrição pode ser transferida a um marido moderno por meio da mamadeira. Ou seja, o comportamento depende geralmente de um aprendizado. Homens e mulheres agem diferentemente em decorrência de uma educação diferenciada.

As diferenças existentes entre os seres humanos não podem ser explicadas em termos das limitações que lhe são impostas pelo seu aparato biológico ou pelo seu meio ambiente. A grande qualidade da espécie humana foi a de romper com suas próprias limitações: um animal frágil, de insignificante força física, dominou toda a natureza e transformou-se no mais temível dos predadores. Sem asas, dominou os ares; sem gnelras, conquistou os mares. Tudo isso difere o

⁹ A questão do preconceito é discutida no subitem 2.6.

homem dos outros animais, por ser o único que possui cultura.

Outra importante distinção está ligada à comunicação, um processo absolutamente cultural. Comprova-se isso observando, por exemplo, o desenvolvimento conjunto de um macaco e de uma criança: notar-se-á que, nos seus primeiros meses, pouca diferença terão; entretanto, quando a criança começar a aprender a falar, coisa que o macaco não consegue, a diferença tornar-se-á imensa. Através da comunicação oral, a criança vai recebendo informações sobre todo o conhecimento acumulado pela cultura em que vive. Tal fato, associado a sua capacidade de observação e de invenção, faz com que ela se distancie cada vez mais do macaco. No caso humano, toda experiência de um indivíduo é transmitida aos demais, criando assim um interminável processo de acumulação.

Com isso, pode-se esboçar um conceito de cultura como um comportamento aprendido e apreendido, que independe de uma transmissão genética, pois o homem é o único animal capaz de multiplicar infinitamente suas idéias e transmiti-las para seus descendentes; transmissão essa feita de inúmeras formas, mas realizada principalmente através da linguagem. A linguagem humana é um produto da cultura, e os provérbios, objeto desta investigação, uma maneira de transmitir essa cultura.

Poder-se-ia dizer que o homem, quando nasce, nada mais é do que uma mente dotada de uma capacidade inesgotável de obter conhecimento. É graças a

esse conhecimento acumulado que a humanidade distanciou-se do mundo animal, pois, segundo os antropólogos, todos os atos humanos dependem de um processo de aprendizado, ou seja, de recepção e de transmissão de informações.

É essa noção de cultura que tangencia este trabalho. Sabe-se não ser absoluta, principalmente no sentido antropológico, mas ajusta-se ao tipo de observação aqui proposta. O provérbio é uma forma de transmitir conhecimento, de transmitir cultura, e o homem, como pôde-se verificar, é o resultado do meio cultural em que foi socializado. Logo, o círculo se fecha. É necessário avaliar o contexto social em que se vive para entender o porquê da força preconceitual machista do provérbio.

O Brasil foi colonizado por lusitanos que viviam em uma sociedade patriarcal e na qual a mulher estava em segundo plano. Os demais povos que colonizaram o Brasil, como espanhóis, por exemplo, trouxeram também seus costumes e características. Todos de sociedade patriarcalista. Quanto aos índios que aqui habitavam, alguns tinham como cultura o patriarcalismo e, os que talvez não o tivessem foram aculturados nos padrões cristãos, que trazem referências heróicas ao homem, e pregam a mulher como a eterna companheira e submissa ao pai ou ao marido. A população brasileira tem, então, como herança os padrões cristãos de formação familiar e a cultura brasileira reflete isso. Assim, constata-se que o discurso proverbial, objeto aqui de observação, é influenciado pelo discurso cristão e, portanto, pelo discurso religioso, ou seja, os discursos mais uma vez se cruzam e o fator cultural atravessa cada um a seu modo.

2.5 A QUESTÃO DO SENSO COMUM E DO PODER

Segundo Gramsci (1978), todos são filósofos, ainda que inconscientemente, porque a filosofia está contida "no senso comum e no bom-senso (...) e em todo sistema de crenças, superstições, opiniões, modos de ver e de agir que se manifestam naquilo que se conhece geralmente por 'folclore' " (ibidem, p. 11). Para o autor, "na 'linguagem' está contida uma determinada concepção de mundo" (Ibidem, p. 11) e é a partir da linguagem de cada um que se pode chegar à concepção de mundo de cada um. A concepção de mundo determina o grupo a que se pertence e criticá-la significa crescer, amadurecer, mas sobretudo criticar o passado na medida em que deixou as estratificações consolidadas na filosofia popular, afinal, o modo atual de pensar resume toda uma história passada, "mesmo em seus erros e em suas loucuras, os quais, ademais, não obstante terem sido cometidos no passado e terem sido corrigidos, podem ainda se reproduzir no presente e exigir novamente a sua correção" (ibidem, p.15). Aqui se observa claramente a ligação com o fator histórico, ou seja, somos um produto do passado, de uma história, e é avaliando criticamente essa origem, esse passado, que se pode tanto entender o porquê de nosso comportamento atual como evitar que erros já cometidos venham a se repetir. Um levantamento, portanto, de toda uma historicidade e que, no caso dos provérbios, é uma historicidade da língua que reflete uma cultura, uma maneira de pensar e de agir.

Quando se fala em maneira de pensar, refere-se a uma ideologia: a ideologia que sustenta esse comportamento lingüístico que ocorreu no passado e que se repete ou não no presente. A Análise do Discurso que embasa teoricamente este estudo, trabalha diretamente com o fator ideológico, a Formação Ideológica.

Gramsci destaca a distinção entre filosofia [que seria o próprio bom senso] e senso comum: a primeira possui características individuais de elaboração do pensamento, enquanto o segundo apresenta características "difusas e dispersas de elaboração de um pensamento genérico de uma certa época em um certo ambiente popular" (ibidem, p.18). O senso comum integra-se à concepção de mundo ou de forma ocasional e desagregada, caso da religião e do folclore que traduzem um tipo de conformismo imposto pelo ambiente exterior - a ideologia dominante, ou de forma coerente e homogênea. No primeiro caso, "pertencemos simultaneamente a uma multiplicidade de homens-massa, nossa própria personalidade é composta de uma maneira bizarra: nela se encontram (...) preconceitos de todas as fases históricas passadas" (ibidem, p.12). Assim, essa concepção desagregada é colocada como uma verdade natural, acima de qualquer questionamento, evitando então o confronto com a ideologia dominante e contribuindo para o conformismo ou, na visão da Análise do Discurso, para o assujeitamento do sujeito. De acordo com o autor, "somos conformistas de algum conformismo" (ibidem, p.12) (caso da religião e do folclore), porque o homem se forma a partir "das opiniões, das convicções, dos critérios de discriminação e das

normas de conduta" (Ibidem, p.26).

A escolha de uma concepção de mundo, que na maioria das vezes é inconsciente, é um fato político e é aqui que se relaciona com o caso dos provérbios: a escolha de um dito representa a adoção de uma concepção de mundo, quer consciente ou inconscientemente.

Gramsci distingue dois momentos da dimensão ideológica da dominação de classe: o primeiro trata da dominação econômica ou da dominação do capital sobre o trabalho, o segundo trata da dominação político-ideológica, defendendo os interesses da classe dominante. Essa defesa é feita pela repressão ou pela dominação ideológica, que produz um consenso e gera, de acordo com o autor, dois tipos de hegemonia de domínio: a de caráter coercitivo, cujo acesso ao poder dá-se pelo uso da força, e a de caráter persuasivo, cujo acesso ao poder se dá pela utilização de meios ideológicos que envolvem o indivíduo por todos os lados, determinando o seu pensar, falar ou agir (o próprio assujeitamento).

Segundo o autor, as classes subalternas estão presas ao senso comum, à religião e ao folclore, sendo reprimidas através da interiorização da ideologia dominante e da ausência de uma visão de mundo coerente com sua situação de subalterna. Através do senso comum, que é integrado ao que se chama de concepção de mundo, as classes dominantes direcionam a sociedade e imprimem uma unidade ideológica.

Mochcovitch (1992), citado em Pereira (1994), explicando a visão de

Gramsci sobre o senso comum, caracteriza-o "como uma adesão total e sem restrições a uma concepção de mundo que fomenta um conformismo cego e uma obediência irracional a princípios e **preconceitos** indemonstráveis e não-científicos, funcionando no plano da crença e da fé" (Pereira, 1994, p.41) (sem grifo no original). Dessa forma, enunciar provérbios significa situar as grandes verdades acima de todos os sistemas, colocando-as como senso comum, possibilitando que não haja choque com o poder vigente.

Lagazzi (1988), citando Geertz (1983), diz que "o senso comum, historicamente constituído, é um sistema cultural, onde as coisas são aquilo que fazemos com que elas sejam" (p. 32). A autora menciona cinco propriedades ou quase-qualidades que Geertz destaca para o senso comum. Destas, particulariza duas:

as noções de literalidade (o senso comum coloca as coisas de maneira simples, literal, como sendo apenas aquilo e não outra coisa) e de normalidade (esta última implicada no que ele denomina 'acessibilidade'. Segundo Geertz, o senso comum mostra-se acessível a todas as pessoas razoáveis e mentalmente saudáveis ...). (Lagazzi, 1988, p.32).

O senso comum barra a idéia do diferente, do múltiplo. Ele rege a vida cotidiana e funciona como horizonte regulador, já que não são todas as crenças admitidas numa época e num meio dados, mas sim as formas históricas que ratificam o poder e que, por isso, têm o seu respaldo. Assim, o senso comum mostra seu caráter ideológico, "sua força normalizadora e coercitiva" (ibidem, p. 33).

O senso comum refere-se àquilo que pode ser objeto do dizer e mantém a

distância daquilo que não pode ser dito. Constatase, assim, que o conceito de senso comum relaciona-se diretamente ao de provérbios, pois ambos têm um caráter coercitivo, funcionando como um domínio de saber com o qual o sujeito se identifica.

O senso comum, através dos provérbios, veicula aquilo que a sociedade quer estabelecer. Aconselha o conformismo, a resignação e a moral, propaga as relações de poder e reprime no sujeito o desejo de aventurar-se, de progredir ou de revoltar-se. O discurso proverbial reveste-se de um caráter doutrinário que não admite contestação. E, sendo um discurso repetido através dos tempos, é aceito e tido como certo. "Enunciando um provérbio, o locutor maximiza a validade do seu dizer, coloca-o acima da diversidade e da relatividade das 'autoridades' "(Gréssillon & Maingueneau, 1984, p.114). Quando alguém deseja imprimir autoridade a seus enunciados, é natural que lance mão da estrutura proverbial, não apenas para garantir essa autoridade, como também, em caso contrário, para subverter verdades estabelecidas.

Toda produção discursiva é o resultado de um processo de conhecimento e reconhecimento de outros discursos, o que remete à questão da interdiscursividade, ou seja, o entrecruzamento de vários discursos. Para que os efeitos de sentido de um discurso - e para o caso desse trabalho, do discurso proverbial - possam ser recuperados em uma análise, demonstrando que tal discurso teve efetivamente alguma espécie de poder, é necessário que eles (os efeitos de sentido) tomem a forma de sentidos produzidos, investidos em

conversas, gestos, comportamentos, que definem por sua vez determinadas relações e identidades sociais assumidas pelas relações interpessoais.

O poder, para a AD, é comprovado na dimensão analítica do discurso. Pereira (Ibidem), assumindo um posicionamento de Foucault (1995), afirma que o poder só existe pelo saber. A detenção do saber implica fundamentalmente a constituição de relações de poder (Pereira, 1994, p.65).

Segundo Foucault (ibidem) o ponto em que o poder é exercido é, concomitantemente, o lugar em que o saber é formado. Nessa perspectiva, o indivíduo é formado pelo poder, tornando-se um de seus efeitos. Seu comportamento passa a ser regularizado, normalizado, acordado com os saberes que constituem e são constituídos pelo poder, um ato de violência que opera em toda estrutura social, realizando-se no agir. O autor menciona, ainda, que, por realizar-se num conjunto de ações, atitudes e comportamentos, o poder não pode ser detido por individualidades. É dinâmico e se manifesta no acontecer das relações. Não pertence a uma classe, a um grupo ou a uma instituição. É volátil e não pode ser percebido senão nas práticas, pois nelas estão determinadas as relações e os lugares que cada sujeito pode e deve ocupar. É desse modo que a questão do poder está intimamente relacionada com o saber e com as circunstâncias compreendidas como acontecimentos eventuais que desestabilizam, destroem a ordem vigente e a reconstróem.

Foucault, em *A ordem do discurso* (1996), apresenta os procedimentos de

exclusão para a sociedade, nos quais as organizações estabelecem, implícita ou explicitamente, seus próprios procedimentos de exclusão.

Ao definir esses procedimentos de exclusão, afirma: "Sabe-se que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa" (Ibidem, p.9)¹⁰. Os provérbios podem ser concebidos como procedimentos que possibilitam conformar os sujeitos às vontades que constituem e são constituídas pela sociedade. Através destes provérbios, o sujeito é moldado segundo um código em que, além de não poder dizer qualquer coisa, deve evitar "pensar" sobre qualquer coisa e, principalmente, agir sempre de acordo com as atitudes previstas pelo sistema cultural.

2.6 A QUESTÃO DO PRECONCEITO

O Brasil é um país preconceituoso? Os provérbios refletem preconceitos? Basta observar alguns ditos populares, frases do dia-a-dia, para responder a essas perguntas: "as feias que me desculpem, mas beleza é fundamental"; "isto é coisa de preto"; ele é analfabeto de pai e mãe".

O conteúdo dessas frases não abrange todos os tipos de preconceitos

¹⁰ A Análise do Discurso, que se baseia nos preceitos de Foucault, trata essa questão no âmbito das Formações Discursivas que determinam "o que pode e deve ser dito numa formação social dada" (Pêcheux & Fuchs, 1975).

existentes, mas exemplifica o amplo quadro das discriminações na sociedade brasileira: os negros, os judeus, as mulheres, as loiras, os gordos, os feios, os analfabetos, os idosos, os aposentados, os religiosos, os deficientes físicos, entre outros, sofrem com o fenômeno do preconceito.

Quanto às mulheres, que é o enfoque neste trabalho, não tinham sequer o direito ao voto até 1926, e, atualmente, este quadro não é muito diferente: na participação política, as mulheres continuam a ter restrições, não se candidatando ou não sendo votadas. O poder está concentrado em mãos masculinas há milênios, e os homens parecem temer a perda de privilégios que asseguram sua supremacia sobre as mulheres.

Constata-se que a discriminação também atua no contexto das atividades científicas. Até o final da década passada, por exemplo, apenas nove mulheres haviam recebido o Prêmio Nobel. Os homens, no entanto, foram mais de trezentos os premiados.

Mulheres negras e mulatas economicamente bem situadas costumam ouvir dos que batem à porta de suas residências a seguinte indagação: “A patroa está?”. Este é um exemplo do preconceito social, relativo a determinadas ocupações consideradas subalternas, desvalorizadas e desqualificadas, nas quais se enquadram as negras, mulatas e empregadas domésticas, tidas como inferiores e subalternas.

Vários são os exemplos e elencá-los exaustivamente é desnecessário. O

importante é tentar entender o que é o fenômeno do preconceito. De acordo com o dicionário, o termo preconceito é assim tratado:

Preconceito. [Do lat. Praeconceptu.]. S.m. 1. Conceito ou opinião formados antecipadamente, sem maior ponderação ou conhecimento dos fatos; idéia preconcebida. 2. Julgamento ou opinião formada sem se levar em conta o fato que os conteste; prejuízo. 3. P. ext. Superstição, credence; prejuízo. 4. P. ext. Suspeita, intolerância, ódio irracional ou aversão a outras raças, credos, religiões, etc.: O preconceito racial é indigno do ser humano. (Ferreira, 1986, p. 1380).

Decompondo-se a palavra, chega-se a *pré-conceito*, isto é, uma idéia do fenômeno, do estado anterior ao conceito. Conceito é o fruto de um processo de análise e de síntese, através do qual se dissecam o fenômeno ou o estado, na tentativa de compreendê-lo e dar-lhe um nome que contenha o grau desta compreensão. Enquanto o conceito pressupõe a utilização de um instrumental teórico que permita o entendimento do fenômeno, o *pré-conceito* nasce do jogo de interesses presentes na vida social e da defesa de privilégios. É, portanto, não-científico, veiculando idéias falsas, ilegítimas, discriminatórias.

Sendo assim, quando se diz que “negro é sujo”, está-se lidando com um *pré-conceito*, pois nenhuma pesquisa demonstrou ser o grau de sujeira do negro maior que o dos brancos. Também se está no terreno do *pré-conceito* quando se diz que a mulher é mais fraca ou menos inteligente que o homem. Objetivamente, nada há que prove estas afirmações, mas elas são úteis porque impedem ou dificultam a penetração de negros e mulheres em certos espaços e corroboram no sentido de conservar o poder dos brancos sobre os negros e dos homens sobre as mulheres. Afinal, não há luz sem escuridão, não há branco sem o preto, não há

superior sem o inferior. E esta é a ideologia a ser mantida.

Portanto, pré-conceito pode ser visto como conceito prévio formulado, entretanto, sem o cuidado de permitir que os fatos sejam investigados e possam contrariar julgamentos e opiniões.

O preconceito não é um fenômeno natural, instintivo ou inevitável, ou seja, o ser humano não nasce preconceituoso. Ao contrário, atitudes, sentimentos e comportamentos preconceituosos são apre(e)ndidos, interiorizados pelas pessoas desde a mais tenra idade. Logo, o preconceito é cultural.

As crianças, inconscientemente, absorvem noções preconcebidas sem que tenham possibilidade de avaliá-las de maneira crítica, o que torna muito difícil revê-las na vida adulta. Além disso, são os adultos os responsáveis pela difusão do preconceito.

Por outro lado, expressões preconceituosas têm forte apelo emocional, resultando em manifestações profundamente irracionais. “Homem não chora”; “Você deve aprender a cozinhar para que possa se casar”; “Lugar de mulher é na cozinha”; “Os negros têm o samba no sangue”. Desse modo, idéias preconceituosas e estereotipadas vão sendo criadas, cristalizadas e transmitidas de geração a geração, sem que as pessoas se dêem ao trabalho de verificar se são falsas ou não. O mito de que a mulher é um ser inferior ao homem, por exemplo, é reforçado culturalmente a cada geração e a cada frase do tipo citado acima, e passa, portanto, a pertencer ao senso comum, sem que se saiba qual é a origem,

ou seja, “dizem que...”, e isso basta.

Sobre o assunto, Queiroz (1995), apresenta um texto retirado de um trabalho de Gustave Le Bon (1879), anatomista francês, que visa justificar a inferioridade feminina e que, é claro, serve de argumento aos que pregam a incapacidade da mulher. Este mesmo texto é transcrito abaixo:

Nas raças mais inteligentes, como entre os parisienses, existem numerosas mulheres cujos cérebros estão, em tamanho, mais perto dos gorilas do que dos cérebros masculinos mais desenvolvidos. Essa inferioridade é tão óbvia que ninguém pode contestá-la por um momento que seja [...] Todos os psicólogos que têm estudado a inteligência das mulheres, bem como os poetas e os romancistas, reconhecem hoje que elas representam as formas mais inferiores da evolução humana e que estão mais perto das crianças e dos selvagens do que de um homem adulto e civilizado. Elas primam pela volubilidade, inconstância, ausência de pensamento e lógica e incapacidade de raciocínio. Existem sem dúvida algumas mulheres distintas muito superiores ao homem mediano, mas são tão excepcionais como o nascimento de qualquer monstruosidade, como, por exemplo, o de um gorila com duas cabeças.”¹¹ (Queiroz, 1995, p.17-8).

Na tentativa de inculcar nos seres humanos a ideologia da inferioridade feminina, recorre-se ao argumento de que as mulheres são menos inteligentes que os homens e utilizam-se exemplos de pesquisas como a supracitada, completamente superada, pois a ciência já mostrou suficientemente que a inteligência constitui um potencial capaz de se desenvolver com maior ou menor intensidade, dependendo do grau de estimulação que recebe. Sendo assim, não é difícil concluir sobre as maiores probabilidades de se desenvolver a inteligência de uma pessoa que frequenta muitos ambientes em relação a pessoas encerradas

¹¹ De acordo com Queiroz, este texto foi transcrito do livro *O polegar do panda*, de Stephen Jay

em casa durante grande parte do tempo. Ficando em casa todo ou quase todo o tempo, a mulher tem menor número de possibilidades de ser estimulada a desenvolver suas potencialidades, e, assim, sua inteligência. “Lugar de mulher é em casa.” “Mulher tem que esquentar a barriga no fogão e esfriar no tanque.” Devido a frases como essas e a atribuição de responsabilidades exclusivas pelo lar, é automaticamente reduzida a probabilidade de desenvolvimento de outras potencialidades de que as mulheres são portadoras.

Com isso, pode-se concluir que a inferioridade feminina é um fenômeno absoluta e exclusivamente social e que o preconceito é um fenômeno cultural, aprendido e apreendido, transmitido de inúmeras formas, dentre elas os provérbios. Portanto, não são os provérbios que retratam o preconceito, mas eles são um dos veículos do mesmo, já que os provérbios são uma maneira de transmitir a cultura. O preconceito é cultural e a cultura é transmitida, entre outras formas, através do provérbio.

3 PREPARANDO A ANÁLISE

3.1 O PROVÉRPIO SEGUNDO GRÉSILLON & MAINGUENEAU E PEREIRA

Existem vários estudos que investigam a questão proverbial. Entretanto, utilizando o enfoque da Análise do Discurso, poucos trabalhos são encontrados. Entre eles, um artigo de Grésillon e Maingueneau (1984) intitulado *Polyphonie, proverbe et détournement*, e a tese de doutoramento de Aracy Pereira (1994), a qual trata do discurso das alterações, ou seja, o discurso proverbial alterado. Ambos trabalhos fornecem alicerce para a construção da investigação aqui proposta. Porém, julga-se necessário apresentar algumas considerações sobre o trabalho de Grésillon e Maingueneau, visto ser este a primeira referência conhecida em termos de discurso proverbial para a Análise do Discurso e, também, por fundamentar outros trabalhos na mesma teoria.

Grésillon e Maingueneau (ibidem) consideram o provérbio como discurso relatado por excelência. Segundo os autores, o provérbio retoma as intenções de

outros locutores, misturando a voz do locutor com todas as vozes que já proferiram o mesmo provérbio; um caso, portanto, de polifonia¹². O enunciador de um provérbio apaga-se atrás de um outro enunciador que é quem garante a verdade do que está sendo dito.

A sintaxe do provérbio é indiscutivelmente arcaizante e sua estrutura, binária. Separa-se dos chamados enunciados "profanos", visto que é emitido por uma autoridade indiscutível: a sabedoria das nações, ou seja, a Sabedoria vinda dos tempos mais remotos. "O provérbio seria, então, sempre velho" (ibidem, p. 115). Dessa forma, pode-se ligá-lo ao bom senso popular. "Enunciando um provérbio, o locutor maximiza a validade de seu dizer, o lugar além da diversidade e da relatividade das 'autoridades' "(ibidem, p.115). O provérbio é, pois, um modelo de como estabelecer autoridade aos enunciados, ou, ao contrário, um "antimodelo ideal para aqueles que pretendem arruinar as verdades estabelecidas" (ibidem, p.115). Este segundo caso, chamado de desvio, possui todas as características de um enunciado proverbial, mas não pertence ao estoque dos provérbios reconhecidos.

Os autores distinguem dois aspectos nessa prática: o desvio lúdico, que se caracteriza pelo puro jogo de palavras e não por interesses ideológicos, e o desvio militante, que "visa dar autoridade a um enunciado ou arruinar a autoridade do provérbio em nome de interesses de diversas ordens" (ibidem, p.115). Há,

¹² Observe-se a proximidade com a heterogeneidade constitutiva em Authier-Revuz (1982), discutida no subitem 2.3.

evidentemente, problemas nessas distinções, visto que “há desvios militantes que se constituem apenas jogando com a língua” (ibidem, p.115). No texto em questão são trabalhados somente os desvios militantes.

O desvio lúdico é entendido como uma estratégia de captação¹³, ou seja, desvia "até o máximo o sentido da estrutura semântica assim explorada" (ibidem, p.116). O desvio militante é entendido como uma estratégia de subversão, ou seja, faz "aparecer uma contradição entre o sentido veiculado pelo enunciado da estrutura original (E0) e o da enunciação da estrutura resultante do desvio (E1)" (ibidem, p.116).

Trabalhando apenas com o desvio militante, os autores subdividem-no em dois níveis: o desvio de condições genéricas de enunciação proverbial e o desvio do provérbio de verdade comprovada. O primeiro reúne condições formais (sintáticas, prosódicas) e condições de emprego (bom senso, sabedoria das nações). Este tipo de desvio caracteriza-se por fazer uma imitação do gênero proverbial, na qual as condições de emprego podem ser tanto captadas ou subvertidas.

O segundo, desvio de provérbio de verdade comprovada, ocorre quando além de desviar as condições genéricas, remete a um provérbio já conhecido, o E0. "Salvo os casos excepcionais, nos quais o desvio atinge o significante e joga apenas com a homonímia, todo desvio supõe uma modificação do significante de

¹³ Em se tratando de utilizar o provérbio para garantir autoridade, a estratégia empregada é a “captação”; no caso de se querer arruinar tal autoridade, a estratégia é a “subversão” (Grésillon

E0 e, correlativamente, de seu significado" (ibidem, p. 116).

As análises apresentadas pelos autores baseiam-se nos níveis de condição de emprego, significante e significado, quais sejam:

- a) Nível das condições de emprego: o sucesso de uma captação depende da proximidade com as verdades veiculadas pelo provérbio original. Já uma boa subversão deve apresentar nitidamente uma contradição entre as verdades proverbiais usuais e o conteúdo de E1.
- b) Nível do significante: quanto mais forte a semelhança entre E0 e E1, mais forte será o efeito obtido.
- c) Nível do significado: o sucesso de uma captação depende da nítida convergência semântica entre E0 e E1. Já uma boa subversão depende da nítida contradição semântica entre E0 e E1.

Baseados nesses níveis e no estudo das estratégias de captação e subversão, os autores concluem que, tanto numa quanto noutra, o desvio é uma prática de máscara que exprime posições ideológicas essenciais.

Pereira (ibidem), como já foi mencionado, investiga na sua tese o discurso das alterações, trabalhando com as máximas do Barão de Itararé. Utiliza-se, é claro, dos estudos de Grésillon e Maingueneau sobre o discurso proverbial, bem como da pesquisa de Castro (1990) que investiga a questão da ironia também

através das máximas do barão de Itararé. Pereira vê o discurso proverbial como um discurso de ação controladora, um tipo de censor moral ou guia de consciência que fornece ou impõe ao sujeito, modelos de conduta, os quais fazem parte do sistema de valores que correspondem à ideologia dominante. No seu estudo, o discurso proverbial está situado como discurso do saber e do poder e o discurso das alterações no espaço da ruptura. Trabalhando com a oposição censura/desejo, suas análises evidenciam que o provérbio privilegia o enunciado da censura e está inscrito no plano da parafraseagem, enquanto a alteração privilegia o enunciado do desejo, estando inscrita no plano da polissemia, rompendo com o processo dominante dos sentidos impostos pelo provérbio.

3.2 IMPLEMENTANDO A ANÁLISE

A disposição do presente trabalho pode parecer contraditória: foi dito que que, em AD, não há como separar o trabalho teórico da prática de análise, e, por outro lado, separa-se claramente a parte dedicada à especulação da parte dedicada à investigação propriamente. Isso se deve a questões formais de estruturação de um trabalho desse tipo, uma dissertação de Mestrado, e, além disso, contribui para demonstrar que o modo com que se implementa uma análise em AD já está determinado pela teoria, ou seja, os “dados”. Os provérbios nesse caso, já são um trabalho teórico: “não existem dados enquanto tal, uma vez que eles resultam já de uma construção, de um gesto teórico” (Orlandi, 1996, p.38). Para se chegar à

fase analítica aqui apresentada, significa que o analista, também sujeito do discurso, já efetuou análises anteriores.

A filiação à AD dá-se pelo fato de considerá-la como uma teoria que permite conjugar língua e história sem que estes termos se percam numa indistinção total. A AD, apenas por sua metodologia, não é mais ou menos lógica que qualquer outra teoria. Uma vez definidas as proposições iniciais, qualquer metodologia é capaz de um trabalho analítico passível de averiguação quanto a sua veracidade conclusiva. O que parece diferenciar a AD de outras teorias é que nela a questão política não é algo que vem depois do trabalho de análise, como um desdobramento ou adição, mas algo que está presente desde o início, mesmo na configuração do “corpus”. Por outro lado, ela consegue constituir aquilo que caracteriza uma ciência: um “objeto-de-conhecimento”. Assim, a interpretação que se vai produzindo dos resultados de cada análise não é uma interpretação qualquer: ela se sustenta num trabalho descritivo que seu objeto permite por sua natureza contraditoriamente imersa no real da língua e no real da história. Ela se sustenta num dispositivo diferente daquele que sustenta a leitura do sujeito comum, ou seja, o dispositivo teórico.

Não é, todavia, o caso de defender-se que o modo como serão trabalhados os provérbios seja mais “verdadeiro” que outros modos. Admitem-se outras posições possíveis, porém, ao admití-los, tem-se que justificar o porquê dessa ou daquela tomada de posição - e essa questão não se faz sem apelar para uma justificativa em que Ética e Ciência se encontram imbricadas. O melhor modo de

explicitar essa justificativa é mostrar o trabalho de análise.

3.3 A ANÁLISE

A análise dos provérbios apresentada abaixo é o resultado de um trabalho de observação de um grande número de ditos populares encontrados em livros, ouvidos no dia-a-dia ou colhidos na Internet.

Foram identificados cinco tipos:

Tipo 1: a1) Uma mulher pode ser de vários homens.

ou

b1) Um homem pode ter várias mulheres.

Tipo 2: a2) A mulher deve ser de um só homem.

ou

b2) O homem tem que permanecer com uma mesma mulher.

Tipo 3: a3) A mulher deve ser de um só homem.

ou

b3) Um homem pode ter várias mulheres.

Tipo 4: a4) Mulher somente como utensílio doméstico.

Tipo 5: a5) Mulher tem que ser de um homem.

Essa divisão permite observar as diferentes posições ideológicas que atravessam esse discurso. O tipo 1 retrata a figura feminina essencialmente como objeto. O tipo 2 revela a necessidade da fidelidade feminina e o sofrimento masculino por ter que permanecer com a mesma mulher. O tipo 3 traz uma mistura dos casos anteriores: a mulher que deve ser fiel e o homem que pode usar a mulher como objeto. O tipo 4 volta a retratar a mulher como objeto, porém não mais objeto sexual, mas objeto doméstico. O tipo 5 revela a necessidade de a mulher ser de um homem, ter um dono.

3.3.1 Tipo 1

Mulher é como alça de caixão: quando um larga, outro põe a mão.

Observando-se este dito, nota-se o caráter depreciativo dado à mulher, relacionando-a a um mero objeto sexual, passivo e subalterno, que existe para servir ao homem. Não lhe é dado o direito de escolha, ela é manuseada (do latim *manus*, mão) – “outro põe a mão” – como qualquer outro objeto pode ser.

Alça de caixão

=> quando um larga, outro pode pegar (1º sentido)

Mulher é como alça de caixão => quando um larga, outro pode pegar (sentido sexual)

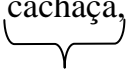
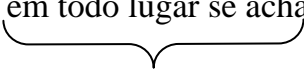
A posição ideológica que se destaca é a que refere a mulher como promíscua, que pode ser de vários homens - uma mulher pode ser de vários homens e um homem ter várias mulheres¹⁴. Aliás, não que a mulher “pode ser de”, mas sim que é “tida”, possuída, pega como “uma alça de caixão”, ou seja, como uma coisa qualquer. A mulher é então socializada enquanto objeto de uso. O macho aceita a socialização de sua fêmea, desde que ela já tenha sido “largada” ou não esteja sendo “usada” por outro macho.

O ser feminino é “coisificado” para pertencer e servir ao seu dominador.

É importante ressaltar a questão do poder presente em todo discurso. No caso considerado, o homem é o todo poderoso em relação à mulher. É ele quem escolhe a mulher, que deve apenas se colocar à disposição, estar prestes a servi-lo. Sendo ele quem escolhe, é ele quem sabe, pois o saber é uma consequência do poder, e, desta forma, a identificação com o posicionamento ideológico machista é evidente. Este provérbio reforça a posição ideológica de uma superioridade masculina, além de manter o saber-comum¹⁵, a norma de que a mulher deve estar à disposição do homem. A mulher é o ser passivo da relação homem-mulher.

O sujeito, neste dito, é identificado por um “não eu”, um qualquer que

¹⁴ A expressão “uma mulher” pode ter tanto o efeito de sentido de uma mulher qualquer como de uma única mulher (quantificador). Entretanto, neste dito, como a mulher é manuseada como

Mulher é como cachaça,  em todo lugar se acha. 
 comparação explicação para a comparação.

ou seja, a própria comparação definicional com cachaça já confirma o preconceito.

No que tange ao caráter interdiscursivo, observa-se, nesses ditados acima, a presença do discurso machista, que já é essencialmente atravessado pelo discurso do preconceito.

3.3.2 Tipo 2

Mulher é como cebola: a gente chora, mas come.

Nesta seqüência, o caráter depreciativo também deve ser considerado; entretanto, ao invés de “coisa”, a mulher aqui é alimento. Alimento que sacia a fome, que acalma o desejo, que satisfaz a necessidade, relacionando esse alimento e essa fome ao apetite sexual. A mulher é, conseqüentemente, alimento sexual.

Cebola é alimento => se come (efeito de sentido esperado)

Mulher é como cebola => se come (efeito de sentido sexual)

As mulheres sejam submissas a seus maridos como ao Senhor, pois o marido é o chefe da mulher, como Cristo é o chefe da Igreja, seu corpo, da qual ele é o Salvador. Ora, assim como a igreja é submissa a Cristo, assim também o sejam em tudo as mulheres a seus maridos. (Bíblia Sagrada, ed. Ave Maria, 1980, Efésios, 5, 22-24, p.1502)

Relacionando com o par mítico, observa-se a necessidade de manutenção da união do casal, mesmo com sofrimento, mesmo com perdas, mesmo com lágrimas. Esse discurso atravessa vários outros discursos, inclusive o proverbial, visando o cumprimento de uma norma de conduta estabelecida desde os tempos mais remotos. Os provérbios que depreciam o matrimônio e suas conseqüências e os que valorizam a virgindade também estão atravessados por esta norma de conduta. Ditados como “feliz foi Adão que não teve sogra” ou “mulher, carro e revólver, só zero quilômetro” são alguns exemplos.

A identificação do sujeito ocorre através da posição ideológica na qual o homem é o coitado¹⁶ por ter que “aturar” a mulher, suportar sua companheira mesmo que não queira, ouvir suas lamentações e digeri-la como uma cebola. Uma formação discursiva em que a mulher é para ser usada, mas também tem que ser suportada. Formação esta diferente do tipo 1, no qual o homem, cansando-se, “larga” a mulher como um objeto. Nesse caso 2, a mulher é como um alimento: mesmo ruim, estragado, velho, “a gente come”, porque é uma necessidade vital. O homem, portanto, coloca-se como o infeliz, embora continua a desprezar o ser feminino. Esse desprezo fica evidente na comparação com a cebola que é ruim (porque faz chorar).

¹⁶ Entendido como infeliz.

Com relação ao sujeito, neste dito, ele se materializa lingüisticamente pela expressão “a gente” e, portanto, inclui o “eu” e os demais homens. É, assim, identificado por um “eu” masculino, e sua aproximação com uma posição preconceituosa em relação à mulher se reforça.

Fazendo uma avaliação lingüística, tem-se a mesma situação considerada no tipo anterior, ou seja, topicalização do tema mulher, conceitualização do que seja mulher, utilização de comparativo e o mesmo caso de preconceito destacado já na comparação, não havendo necessidade da explicação para confirmá-lo: comparar a mulher com a cebola já evidencia o caráter de chacota, uma vez que a cebola é diretamente associada à acidez, às lágrimas que provoca com a sua lida, ao cheiro que deixa nas mãos, ao mau hálito que ocasiona no seu degustador, entre outros. Entretanto, um efeito de sentido se soma ao primeiro: somente o homem, ser supostamente superior, seria capaz de conquistar essa mulher, tão ácida como a cebola.

Conforme pode ser observado, a figura masculina aparece em posição contraditória: é o coitado que tem que suportar a mulher (que é como “a cebola” – para comer tem que chorar, ou seja, penar) e é o forte, único capaz de dominar, conquistar esta mesma mulher (conquistar uma mulher é difícil). Já com a relação à mulher, em qualquer uma das posições assumidas, é “como a cebola”, “ruim de engolir”, difícil de agüentar.

Sendo assim, no que se refere à interdiscursividade, da mesma forma que o caso anterior, esta se faz presente, percebendo-se, além dos discursos

anteriormente citados, a presença do discurso religioso, através da simbolização mítica que transmite e coloca como modelo de comportamento.

3.3.3 Tipo 3

Não sou galo, mas arrasto as galinhas.

Vale observar que este tipo 3 é uma espécie de mistura dos casos anteriores. Referindo-se aos cinco tipos apresentados no início do subitem 3.3, seria como uma cruz de a2 do tipo 2 com b1 do tipo 1.

Sendo assim, e, observando então o provérbio acima, nota-se que o caráter depreciativo do sexo feminino apresenta-se mais evidente e fortemente marcado pela utilização da comparação da mulher com a galinha. Pode-se considerar a depreciação apenas de forma implícita, já que o provérbio refere um casal de animais e não necessariamente estaria se referindo ao homem (galo) e à mulher (galinha). Entretanto, esse sentido de referir-se à mulher como galinha e, portanto, de maneira pejorativa, já é muito popular e até dicionarizada:

Galinha. {Do lat. Gallina.} S.f. 1. A fêmea do galo. 2. Prato feito com ela. 3. Fig. **Mulher** (e por vezes homem) **muito volúvel** que se entrega [v.entregar (10)] com facilidade. (...). (sem grifo no original) (Ferreira, 1986, p.1409).

Sendo assim, considerando o sentido 3 do termo galinha e o sentido não

dicionarizado, porém muito utilizado na gíria, do termo galo, o qual é entendido como o homem superdotado, absoluto no poder e que domina suas fêmeas, pode-se afirmar que o provérbio acima traz as marcas muito claras do preconceito contra a mulher.

Nesse caso, utilizando-se das acepções descritas, o homem é a figura poderosa que tem o direito de **ter** várias mulheres, enquanto que a mulher deve **ser** somente de um homem¹⁷; caso ocorra o contrário, é volúvel, é “galinha”.

O poder dominador é evidenciado pelo jogo de palavras:

Galo = o dominador (das galinhas)

Galo = Homem (das mulheres)

Galinha = a dominada, a fácil, a vulnerável

Galinha = Mulher

A posição ideológica que se apresenta é uma mistura das posições descritas nos casos anteriores. Convergindo com o tipo 2, a mulher tem que ser de um homem apenas, mas, como ocorre no tipo 1, um homem pode ter várias mulheres, ou seja, enquanto a mulher deve declarar-se e submeter-se a somente um homem, este mesmo homem, pode ter várias mulheres.

Se a referência não fosse o homem, seria um caso de infidelidade.

Entretanto, o termo fiel (do latim *fidele*) (Ferreira, idem, p.775) não é, em sua

¹⁷ A expressão “um homem” pode ter tanto o efeito de sentido de um homem qualquer como de um único homem (quantificador). Entretanto, neste dito, como a mulher é “galinha”, volúvel, inconstante, o único efeito de sentido que pode prevalecer é o de um homem somente(quantificador).

origem, aplicável ao homem em relação à mulher, somente ao homem em relação a Deus, pois subentende-se que só se pode ser fiel a quem lhe é superior.

Fides, el (_el), subs. f. I – Sent. Próprio: 1) Fé, crença (sent. Religioso) Isid. Or. 8, 2, 4). (...) Embora primitivo, o primeiro sentido só vai aparecer atestado na língua cristã. (...). (Faria, 1994, p. 223).

Sendo o homem superior à mulher, a mulher, portanto, deve-lhe fidelidade como também a Deus. Quanto ao homem, este só deve fidelidade a Deus.

Assim, o homem não pode ser infiel à mulher, simplesmente porque não lhe deve fidelidade; portanto, pode ter quantas mulheres quiser. Fidelidade equivale à crença e não a inconstâncias amorosas.

Quanto ao sujeito, sua materialização ocorre através da primeira pessoa do singular – eu –, igualando-se ao apresentado no tipo 2. Porém, enquanto no caso 2 o sujeito mascara-se através da utilização da expressão “a gente”, nesse caso 3 o sujeito coloca-se presente na enunciação. Isso ocorre pela supervalorização do sujeito neste provérbio: o “eu” que se apodera da voz ideológica, voz essa que enaltece o ego e que, portanto, se coloca como enunciador.

Na questão da topicalização, o tópico não é a mulher, mas “o galo” – o homem. A importância, o tópico, é totalmente do ser masculino.

Quanto à interdiscursividade, como se observa nos casos anteriores, permanece muito forte, o que confirma a tese de que nenhum discurso é formado por si só. Na verdade, é um conjunto de outros discursos que, em determinada seqüência, se revela. Um emaranhado de pré-construídos que o inconsciente traz

à tona e que revela a identificação com determinadas posições ideológicas.

3.3.4 Tipo 4

Mulher tem que esquentar a barriga no fogão e esfriar no tanque.

Neste ditado, a mulher é novamente vista como objeto, porém, não mais “objeto de cama e mesa”, mas objeto do lar e somente do lar. O provérbio fala por si. O preconceito, o machismo e o autoritarismo tornam-se tão evidentes que maiores reflexões tornam-se redundantes.

O fato que parece relevante e importante de ser destacado é que, neste tipo, incluem-se os provérbios que repudiam a mulher como ativa na sociedade, no trabalho, nas atividades classificadas para os homens. Observem-se os exemplos:

Mulher no volante, perigo constante.

Casa sem fogão é casa sem mulher.

Neste tipo, o posicionamento ideológico com o qual o sujeito se identifica é o que refere a mulher como objeto do lar e somente do lar, que não serve para outras atividades. Esse posicionamento reflete novamente o discurso cristão que menciona que a mulher deve cuidar do marido e ser-lhe submissa. Portanto,

jamais se colocar em posição de igualdade com o homem.

3.3.5 Tipo 5

Mulher sem marido, barco sem leme.

A avaliação do provérbio acima recai novamente na interdiscursividade, especificamente no discurso cristão. A mulher foi feita para servir o homem.

Com efeito, o homem não foi tirado da mulher, mas a mulher do homem; nem foi o homem criado para a mulher, mas sim a mulher para o homem. Por isso a mulher deve trazer o sinal da submissão sobre sua cabeça, por causa dos anjos. Com tudo isso, aos olhos do Senhor, nem o homem existe sem a mulher, nem a mulher sem o homem. Pois, a mulher foi tirada do homem, porém, o homem nasce da mulher, e ambos vêm de Deus”.(Bíblia Sagrada, ed. Ave Maria, 1980, Coríntios I, 11, 8-12, p.1475).

A diferença se dá na avaliação do ser feminino: enquanto no tipo 4 a mulher só serve para o lar, no tipo 5 não é avaliado para que ela serve, mas de que forma ela se apresenta, ou seja, se não tiver um marido, um homem, é desconsiderada, é barco sem leme, não tem direção, está perdida. Ter o leme de uma embarcação significa governar, dirigir. O homem é, portanto, a direção, o rumo da mulher.

A mulher foi criada para ser submissa ao homem, para ser serva do homem. Se não o for, se não servir a um varão, certamente não pode ter direção, porque a figura feminina não foi criada para andar com as próprias pernas.

A posição ideológica presente nesse caso é a que instaura a figura

feminina como dotada de incapacidade. Neste tipo são enquadrados todos os provérbios e ditos que classificam a mulher como incapaz, burra (as tão populares frases sobre as loiras), tachativos¹⁸ até o último sentido. Dessa forma é que se confirma o preconceito: a mulher que deve pertencer a um homem.

3.4 A ESCOLHA DO DETERMINANTE

Durante o processo de análise dos provérbios uma questão pareceu intrigante e acredita-se que mereça um tratamento mais atento: trata-se do tipo de determinante utilizado para o termo mulher.

De acordo com as gramáticas normativas, como Mira-Mateus (1989) ou Cunha (1985) por exemplo, é papel do determinante, o chamado artigo, individualizar alguma coisa de maneira definida ou indefinida. Aí a denominação morfológica de “artigo definido” e “artigo indefinido”.

Valendo-se de Ortiz (1995) e Indursky (1997), que desenvolvem em suas respectivas teses um estudo sobre os determinantes, questiona-se sobre a definitivização e indefinitivização dos artigos no discurso ora em pauta, ou seja, em que medida a presença de artigo produz outro efeito de sentido? São produzidos efeitos diferentes quando ocorre artigo definido e/ou artigo

¹⁸ De acordo com Sacconi (2000, p.340), tachar é qualificar ou classificar (sempre em mau sentido). Ex.: Tachei-o de ignorante. Taxar é também qualificar ou classificar (no bom ou no mau sentido). Ex.: Taxaram-no de gênio e de burro ao mesmo tempo.

indefinido? E o caso do artigo zero (\emptyset), há de fato uma individualização quando do uso de determinantes?

Para tentar entender esse processo, observem-se os provérbios e as respectivas Posições Ideológicas (PIs) identificadas:

Tipo 1: \emptyset Mulher é como alça de caixão: quando um larga outro põe a mão.

PI: **Uma** mulher pode ser de vários homens.

Um homem pode ter várias mulheres.

A atenção recai no fato de o provérbio ter determinante zero para o termo mulher e as posições ideológicas identificadas terem determinante indefinido. O efeito de sentido que a presença de artigo indefinido produz, tanto pode ser de indeterminação, como de quantificação, já que “um” e “uma” podem ser classificados como numerais. Sendo considerado numeral, o efeito de sentido produzido seria:

Uma única mulher pode ser de vários homens.

Um único homem pode ter várias mulheres.

Porém, considerando “uma” e “um” como artigos indefinidos, têm-se os efeitos:

Qualquer mulher pode ser de vários homens.

Qualquer homem pode ter várias mulheres.

Entretanto, alterando esse artigo indefinido para definido o efeito de sentido fica:

A mulher – única, específica espécie do gênero – pode ser de vários homens.

O homem – único, específico espécie do gênero – pode ter várias mulheres.

Sabe-se, porém, pela análise apresentada anteriormente, que o caso não é de especificar a mulher ou o homem, mas de reforçar a inferioridade feminina, demonstrar o caráter promíscuo da mulher em oposição à virilidade do homem. A mulher que pertence [ao homem] e o homem que possui [a mulher].

Sendo assim, a utilização ou não de determinante não provoca alteração no Efeito de Sentido Pretendido (ESP):

ESP: ∅ Mulher pode ser de vários homens.

∅ Homem pode ter várias mulheres.

Nos demais tipos, o fato se repete, ou seja, o ESP não sofre alteração com a presença de determinante definido ou indefinido ou mesmo com ausência de determinante.

Tipo 2: Mulher é como cebola: a gente chora, mas come.

PI: A mulher deve ser de um¹⁹ só homem.

O homem tem que permanecer com uma mesma mulher.

¹⁹ Conforme nota anterior, esse “um” é numeral – quantificador.

ESP: ∅ Mulher deve ser de um (01) só homem.

∅ Homem tem que permanecer com uma (01) mesma mulher.

Tipo 3: Não sou galo, mas arrasto as galinhas.

PI: A mulher deve ser de um (01) só homem.

Um homem pode ter várias mulheres.

ESP: ∅ Mulher deve ser de um (01) só homem.

∅ Homem pode ter várias mulheres.

Tipo 4: Mulher tem que esquentar a barriga no fogão e esfriar no tanque.

PI: Mulher somente como utensílio doméstico.

ESP: ∅ Mulher é como utensílio doméstico.

Tipo 5: Mulher sem marido, barco sem leme

PI: Mulher tem que ser de um homem.

ESP: ∅ Mulher tem que ser de algum homem.

O que se percebe quanto à presença ou não de determinantes é a tendência de indefinitivização dos artigos definidos, ou seja,

- Um/Uma - produz efeito de sentido de **indefinição** – afinal é um artigo indefinido;
- Ø (artigo zero) - produz efeito de sentido de **indefinição** – como não há artigo, a indefinição é absoluta;
- O/A – produz efeito de sentido de **indefinição** – embora o artigo seja definido, a única definitivização é a de gênero.

Quanto às indagações, tanto a presença de artigo definido ou indefinido como a ausência de artigo ou artigo zero direcionam para o mesmo efeito de sentido, ou seja, a indefinição do termo mulher. No discurso proverbial, “uma mulher”, “a mulher” ou “mulher” produz o efeito de sentido de oposição a homem. Pode-se inferir, ainda, que no caso dos provérbios há uma tendência para o artigo zero, e, como já foi colocado, uma tendência para a indefinitivização dos artigos definidos.

Sendo o determinante responsável pela individualização, conforme refere a gramática normativa, no discurso proverbial sua presença individualiza somente o nível de gênero, pois indica a coisa (nesse caso “mulher”) de maneira imprecisa, indefinida (cf. Ortiz, *idem*, p.118).

Indursky (*ibidem*) desenvolve em sua pesquisa o conceito de determinação

discursiva de um nome, o qual consiste em “um efeito de sentido onde intervêm conjuntamente fatores sintáticos, semânticos e ideológicos” (ibidem, p. 177).

Da mesma forma que Indursky considera a determinação discursiva um fator ideológico, acredita-se que a indefinitivização do artigo definido também seja ideológica e, portanto, inconsciente, ou seja, o sujeito, interpelado pela ideologia, produz seu discurso a partir de uma posição-sujeito assumida inconscientemente (o próprio assujeitamento), e a materialidade lingüística evidencia tal ocorrência através da indefinitivização presente no provérbio.

CONCLUINDO O ESTUDO

Seja qual for o ponto de vista adotado na questão do preconceito e do discurso proverbial, não se pode negar que os provérbios suscitam tantas e tão variadas questões. Resta ao pesquisador, diante da enormidade de indagações que surgem, aferrar-se a um determinado aspecto e procurar esboçar um trabalho teórico. Foi isso que se tentou fazer nesta investigação.

Dentro dos limites que se conferiu a esta pesquisa, podem-se fazer algumas ponderações em relação à análise desenvolvida.

Os provérbios populares são uma tentativa de manter uma ordem previamente estabelecida. Para manter essa ordem, mudanças não podem ser aceitas e, portanto, situações anteriores, mesmo que adequadas ou inadequadas, devem ser mantidas. A mulher evoluiu muito nas últimas décadas; entretanto, sua evolução não é aceita porque abala a referida ordem. Logo, o preconceito de gênero, tão arraigado historicamente, não pode ser alterado, pelo contrário, fica fortalecido por essa revolução.

Entretanto, a despeito do poder socialmente legitimado ter permanecido durante séculos nas mãos dos homens, as mulheres sempre encontraram formas sutis de burlar esse poder e foram tecendo modos de resistência à opressão masculina. Sabe-se que muitas mulheres desta geração tentam passar para suas filhas a idéia de que é preciso que elas invistam também numa carreira e profissão, buscando a independência financeira que não tiveram e a realização pessoal a qual abriram mão para se dedicar integralmente à família.

No entanto, interpeladas pela ideologia, elas continuam a reproduzir na educação de seus filhos o esquema machista em que foram criadas e ensinam a eles os mesmos ditados preconceituosos contra os quais lutam, basta observar os primeiros ditados aprendidos por uma criança para evidenciar tal informação. É desta forma, inconsciente, que o preconceito encontra forças para se colocar constantemente. Ou seja, homens e mulheres assujeitados por uma ideologia que traz marcas fortes do preconceito, continuam a propagá-lo cada vez que enunciam um simples dito popular.

Com base nas considerações feitas sobre o preconceito e observando-se a análise apresentada, confirma-se a presença evidente do preconceito no discurso proverbial como um todo. Preconceito este provavelmente oriundo do discurso cristão que classifica a mulher como submissa. Isso se deve principalmente ao fato de o discurso do preconceito atravessar todos ou quase todos os discursos que interagem e fornecem subsídios para o discurso proverbial.

Em todos os tipos apresentados, o preconceito está presente como um saber comum, como um pré-construído. Ele é intrínseco à condição humana social. A tomada de decisão, a postura ideológica assumida reflete a necessidade de algum preconceito.

Primeiro, conforme foi visto, preconceito é algo conceituado previamente. O ser humano não pode saber de tudo ao mesmo tempo; entretanto, a sociedade lhe cobra desde pequeno um posicionamento ideológico, mesmo sem conhecimento sobre determinados temas. O preconceito é, portanto, ideológico e é através da ideologia que ocorre o apagamento do sujeito. Assim, torna-se necessário pré-conceituar muitas coisas, e, preconceituando, a discriminação aparece.

Segundo, desde que se nasce, está-se envolvido em inúmeros discursos e frente a diferentes posições sujeitos, a diferentes valores, que, inconscientemente, fazem parte da formação ideológica com a qual se tem identificação e que se constitui, então, nos discursos constantemente.

Separar o preconceito, tão fortemente presente nos discursos, tão alicerçado, seria como separar qualquer discurso das relações de poder: é impossível.

Quanto à questão dos determinantes, esta parece ser nossa contribuição aos estudos que envolvem este tema – o dos artigos. O que se constata é que parece não haver distinção entre artigo definido ou indefinido ou mesmo

ausência de artigo, no caso do discurso proverbial. O que se pode inferir a partir das análises, é que as fronteiras entre o definido e o indefinido não se apresentam de forma tão clara como consta nas gramáticas normativas, pelo contrário, estão bastante obscuras.

Nos provérbios, a utilização do chamado artigo definido ou artigo indefinido ou mesmo não utilizando qualquer artigo, não produz efeito de sentido diverso. Os limites definicionais estão opacificados direcionando-se para uma homogeneidade. Há, portanto, uma tendência à homogeneização no uso dos determinantes.

Sendo assim, é importante avaliar a forma como as gramáticas estão abordando esta questão. Sabe-se que há investigações sendo realizadas e que as mesmas, embora ainda não concluídas, estão direcionando-se para comprovar a definitivização dos artigos indefinidos, ou seja, que a indefinição não seria tão indefinida como se pensa; entretanto, o que se observa no discurso proverbial é exatamente o contrário: parece direcionar para uma indefinitivização dos artigos definidos, isto é, a única definição que se constata é a de gênero.

Desta forma, quanto aos questionamentos propostos na introdução, acredita-se que foram desenvolvidos e, dentro dos limites que um trabalho como este tem foram resolvidos. Pensamos ser esta uma contribuição para divulgação e maior conhecimento do universo proverbial, além de ser um pequeno passo para construção de nosso crescimento pessoal.

Somente o que é questionado instiga curiosidade. O que está resolvido não incita.

A propósito disso, há questões, além das inicialmente expostas, que foram surgindo no desenvolvimento do trabalho e que não foram esclarecidas, permanecendo na “gaveta” de nossos questionamentos para uma investigação futura.

Dentre elas, a que mais instiga é a presença do humor. A manifestação do preconceito está ligada a um caráter humorístico, ou seja, mesmo o preconceito sendo cultural e estando embriado no assujeitamento do indivíduo, na sua manifestação ele provoca o riso. Por quê? Se o preconceito é “tão natural” como os provérbios demonstram, o riso não seria um tipo de resistência a essa naturalidade? De acordo com Pereira (1994), “é inquestionável o fato de que o humor decorre de uma contradição, tese expressa desde os primórdios da estética” (ibidem, p.54). A presença do riso nas alterações proverbiais foi investigada por Pereira, mas, quanto aos provérbios e seu preconceito, enquadrar-se-iam no mesmo caso? Este questionamento surgiu após indagação feita a mim mesma sobre o porquê do riso. De outras pessoas, sujeitas à mesma indagação, a resposta não é fornecida, ou seja, num primeiro momento não se sabe sequer por que se ri, apenas se ri. Talvez valesse a pena investigar essa questão.

De qualquer forma, concorda-se com a colocação de Castro (1990) no encerramento de sua tese sobre a ironia. Gostaríamos de fazer nossas as suas

palavras, com uma única ressalva: a substituição do termo ironia por discurso proverbial.

Poder-se-ia acreditar que o término de um trabalho significa o esvaziamento de um tema, a determinação de seus contornos definitivos e, por conseguinte, a obtenção das respostas (teóricas e existenciais) propostas na introdução. Considero tal crença um equívoco: só um tema pobre se deixaria esgotar em uma tese, e não é o caso da ironia [dos provérbios], pois que definitivamente trabalhar a ironia [os provérbios] é abdicar dos pontos finais. (Castro, 1990, p.294).

BIBLIOGRAFIA CITADA

- ALTHUSSER, L. Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado. Lisboa : Presença, 1970.
- AUTHIER-REVUZ, J. *Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva* : elementos para uma abordagem do outro no discurso. Trad. Alda Scher e Elsa Maria Nitsche-Ortiz. [S.l. : s.n., 1982]. [No prelo].
- _____. Heterogeneidade(s) enunciativas(s). *Cadernos de estudos lingüísticos*, Campinas, n.19. p.25-42, jul./dez., 1990.
- AZEVEDO, Artur. *Texto de Artur de Azevedo I*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Artes Cênicas, 1983. (Clássicos do Texto Brasileiro.)
- BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe. *Teorias da etnicidade*. 1. ed. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1998.
- BARTHES, R. *Novos ensaios críticos* : o grau zero da escritura. São Paulo : Cultrix, 1972.
- BÍBLIA SAGRADA*. 28. ed. São Paulo : Ave Maria, 1980.
- CASTRO, M. L. *As articulações da ironia nas máximas e mínimas do Barão de Itararé*. São Paulo, 1990. Tese (Doutorado em Letras e Ciências Humanas) - Universidade de São Paulo.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- FARIA, E. *Dicionário escolar latino - português*. Rio de Janeiro : FAE, 1994.
- FERREIRA, Aurélio B. H. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2. ed. rev. aum. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1986.
- FERREIRA, M. C. L. *A resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso* : da ambigüidade ao equívoco. Campinas, 1994. Tese (Doutorado Letras) – Universidade de Campinas.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. 3. ed. São Paulo : Loyola, 1996.
- _____. *A arqueologia do saber*. 4.ed. Rio de Janeiro : Forense-Universitária, 1995.

- GRAMSCI, A. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1978.
- GREIMAS, A. J. *Sobre o sentido*. Petrópolis : Vozes, 1975.
- GRÉSILLON, A.; MAINGUENEAU, D. Polyphonie, proverbe et détournement. *Langages*, n.73, mars, 1984.
- GUIMARÃES, E. *Os limites do sentido : um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. Campinas: Pontes, 1996.
- HENRY, P. A. História não existe? In: ORLANDI, E. P. (Org.). *Gestos de leitura : da história no discurso*. Campinas : UNICAMP, 1994.
- _____. Sentido, sujeito, origem. In: ORLANDI, E. P. (Org.). *Discurso fundador : a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas : Pontes, 1993.
- INDURSKY, F. *A fala dos quartéis e as outras vozes*. Campinas : Unicamp, 1997.
- JOLLES, A. *Formas simples*. São Paulo : Cultrix, 1976.
- LAGAZZI, S. *O desafio de dizer não*. Campinas : Pontes, 1988.
- LARAIA, Roque de Barros. *Cultura : um conceito antropológico*. 4. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.
- MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas : Pontes, 1997.
- MIRA-MATEUS, M. H. et alii. *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa : Caminho, 1989.
- ORLANDI, E. P. *As Formas do Silêncio : no movimento dos sentidos*. 3. ed. Campinas : Unicamp, 1995.
- _____. *Discurso e leitura*. Campinas : Unicamp, 1988.
- _____. *Interpretação : autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis : Vozes, 1996.
- ORTIZ, E. M. N. *O povo cala e fala: o discurso do samba-enredo, de 1964/65 a 1989/90*. Porto Alegre: PUC/RS, 1995. Tese de Doutorado.
- PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e Perspetivas (1975). In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.) *Por uma análise automática do discurso*. Campinas : Unicamp, 1990.
- PÊCHEUX, M. *O discurso : estrutura ou acontecimento*. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas : Pontes, 1997.
- _____. *Semântica e Discurso : uma crítica à afirmação do óbvio*. (1969). Campinas: Unicamp, 1995.
- PEREIRA, A. E. *Na inconsistência do humor, o contraditório da vida. Discurso proverbial e o discurso das alterações*. Porto Alegre, 1994. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Pontifícia Universidade Católica.
- QUEIROZ, R. S. *Não vi e não gostei : o fenômeno do preconceito*. São Paulo : Moderna, 1995.

SACCONI, L. A. *Não confunda!* 2. ed. São Paulo : Atual, 2000.

SAHLINS, Marshall. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

SAUSSURE, F. *Curso de lingüística geral*. 20. ed. São Paulo : Cultrix, 1995.

SERRANI, S. M. *A linguagem na pesquisa sociocultural : um estudo da repetição na discursividade*. Campinas : Unicamp, 1993.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ALMEIDA, N. *Gramática metódica da língua portuguesa : curso único e completo*. São Paulo: Saraiva, 1960.

ANSCOMBRE, J. C. *Proverbes et formes proverbiales : valeur évidentielle et argumentative*. [S.l. : s.n.] 1994. [Cópia xerográfica]

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo : Hucitec, 1995.

_____. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 1981.

BENVENISTE, E. *Problemas de lingüística geral I*. Campinas : Pontes, 1995.

BLEICHMAR, N. M., BLEICHMAR, C. L. Lacan : teoria do sujeito: entre o outro e o grande outro. In: *A psicanálise depois de Freud*. Porto Alegre : Artes Médicas, 1992.

_____. Lacan : discussões e comentários. In: *A psicanálise depois de Freud*. Porto Alegre : Artes Médicas, 1992.

BRANDÃO, H. N. *Introdução à análise do discurso*. Campinas : Unicamp, 1996.

CANÔAS, C. S. *O olhar feminino sobre 2010*. São Paulo : Textonovo, 1997.

CASTRO, M. L. Pseudoprovérbios e ditos sob a ótica enunciativa. *Organon*, Porto Alegre, v. 9, n. 23, 1995.

COLETÂNEA DE PROVÉRBIOS E OUTRAS EXPRESSÕES POPULARES BRASILEIRAS. Disponível na Internet: <http://www.geocities.com/Athens/Styx/5560/coletan.html>. Abril/1998.

COSTA, I. B. Imitação e preconceito lingüístico. In: *Linguagem oral, linguagem escrita*. Uberaba : Faculdades Integradas de Uberaba, 1982.

- COURTINE, J. J. Analyse du discours politique. *Langages*, n.62, juin 1981.
- _____. Définition d'orientations théoriques et construction de procédures en analyse du discours. *Philosophiques*, v. 9, n. 2, out. 1982.
- _____. O discurso inatingível : marxismo e lingüística (1965-1985). Trad. Heloísa Monteiro Rosário. *Cadernos de Tradução*, Porto Alegre, n. 6, abr. / jun. 1999.
- FREUD, S. *Os chistes e sua relação com o inconsciente*. Edição Standard Brasileira. Rio de Janeiro : Imago, 1974. (Obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v.8).
- FURASTÉ, P. A. *Normas Técnicas para o trabalho científico: que todo mundo pode saber, inclusive você*. Explicação das Normas da ABNT. 8. ed. Porto Alegre, s. n. , 2000.
- GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro :[s.n.], 1989.
- GRANTHAM, M. R. *O discurso fabular e sua repetição através dos tempos na reiteração do mesmo, a presença do diferente*. Porto Alegre, 1996. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- MAINGUENEAU, D. *Los termes clés de l'analyse du discours*. Paris : Mémo Seuil, 1996
- ORLANDI, E. P. *A linguagem e seu funcionamento : as formas do discurso*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- _____. *Terra à vista: discurso do confronto: velho e novo mundo*. São Paulo: Cortez, 1990.
- _____. *O lugar das sistematicidades lingüísticas na análise de discurso*. D.E.L.T.A., v. 10, nº 2, 1994.
- PÊCHEUX, M. *Delimitações, inversões, deslocamentos*. Cadernos de Estudos Lingüísticos. Campinas, nº 19, jul-dez. 1990.
- _____. *Sobre a (des)construção das teorias lingüísticas*. Trad. Faustino Machado da Silva. Cadernos de Tradução, Porto Alegre, nº 04, outubro 1998.
- PINTO, M. J. *Comunicação e Discurso: introdução à análise de discursos*. São Paulo: Hacker Editores, 1999.
- RICOEUR, P. Lições sobre ideologia e utopia. In: *Ideologia e utopia*. Lisboa : Edições 70, 1991.
- _____. Geertz. In: *Ideologia e Utopia*. Lisboa: Edições 70, 1991.
- ROCHA-COUTINHO, M. L. *Tecendo por trás dos panos : a mulher brasileira nas relações familiares*. Rio de Janeiro : Rocco, 1994.
- SOUZA, P. A boa nova da memória anunciada : o discurso fundador da afirmação do negro no Brasil. In: ORLANDI, E. P.(org.). *Discurso fundador : a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas : Pontes, 1993.
- TEIXEIRA, M. *Análise de discurso e psicanálise : elementos para uma abordagem do sentido no discurso*. Porto Alegre : EDIPUCRS, 2000.